

Mátria

ISSN 1980-8994



Ano 14
Vol.1 No.14
Edição 2016

POLÍTICA
**O ano do
retrocesso**

PNE
**O gênero
fora da escola**

MINISTRA NILMA
**A superpoderosa
da igualdade**

**Maria da Penha:
10 anos e a lei pegou!**



Sumário



Capa: Bruno Soares
Foto: Divulgação

EDITORIAL

3 Maria de todas nós

Diretoria Executiva da CNTE

ARTIGOS

10



Fica, Dilma!

Isis Tavares Neves

38



O que muda com a paridade na CUT

Carmen Foro

48



Comunicação para democratizar o Brasil

Conceição Oliveira

60



Literatura feminista cabo-verdiana nas obras de Orlanda Amaralís e Dina Salústio: breves reflexões

Elizângela de Almeida Silva

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 14 (mar. 2015/mar. 2016) – Brasília: CNTE, 2003-
Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817

ENCARTE TEÓRICO

40



A atualidade do feminismo e a dimensão estratégica da concepção emancipacionista

Olgamir Amancia Ferreira de Paiva

REPORTAGENS

POLÍTICA

4



Ação e reação aos reacionários

Cristina Sena

BARREIRAS

6



O ano do retrocesso

Cristina Sena

ENTREVISTA

12



Ministra Nilma Lino Gomes
No lugar certo, na hora certa...

Katia Maia

CAPA

16



Um marco contra as marcas da violência

INTERNACIONAL

33



Elas roubaram a cena

MÍDIA

46



Famosas #SQN

Marcionila Teixeira

REALIDADE

52



Presas em suas próprias histórias

Katia Maia

DITADURA

54



Bodas na ditadura

Katia Maia

DIVERSIDADE

27



Desigualdade de gênero

Amanda Vieira

IGUALDADE

57



Black Power

Ana Paula Domingues

EMPODERAMENTO

31



Mulheres unidas e imbatíveis

INSPIRAÇÃO

63



Respeito: o que falta para sermos todos iguais

Katiuscia Sotomayor

65 GIRO

66 INTERAGINDO

67 SUGESTÃO DE ATIVIDADES



Ilustração: Chico Régis

Maria de todas nós

Maria da Penha, o nome que deixou de ser comum para virar uma referência, um verdadeiro hino na luta de combate à violência contra a mulher. Dez anos se passaram da criação da Lei Maria da Penha e hoje o nome da cearense, que levou um tiro do marido enquanto dormia e ficou parálitica, protege milhares de mulheres de ponta a ponta no Brasil. A simples menção ao nome já é suficiente para fazer tremer nas bases machistas de plantão. A verdade é que a lei pegou! E uma década depois, mudou a relação entre homens e mulheres, ajudou a proteger milhares delas, que se tornaram e se sentiram mais fortes para denunciar e se respeitar.

Maria da Penha falou à revista *Mátria* de conquistas, de avanços, de novos e antigos desafios.

Motivos para comemorar não faltam, embora o retrocesso tenha sido visível em nosso parlamento em 2015. O povo brasileiro assistiu à eleição do Congresso Nacional mais conservador desde a redemocratização. Uma legislatura em que, das proposições sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em andamento, mais da metade foram negativas e representavam perdas a direitos já conquistados. Na qual política e religião andaram juntas pelos corredores do Legislativo.

Mas, mulheres unidas jamais serão vencidas e o protagonismo feminino soube fazer do limão uma limonada e “bombou” em todas as instâncias, levou às redes sociais seu grito de alerta e mostrou que está na hora de sermos todas “poder”. Histórias de superação de mulheres que souberam defender sua reputação frente a machistas que não terão espaço. Como não tiveram no ENEM. Sete milhões de estudantes num mesmo dia, num mesmo horário, refletiram sobre a violência contra a mulher.

Há o que se comemorar, sim! É o que diz a ministra da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes que, também em entrevista para a *Mátria*, não teve dúvidas ao afirmar que “o lugar do negro e da negra na sociedade é onde eles desejem estar”.

A 14ª edição da *Mátria* cumpre a tarefa de subsidiar o debate na escola sobre a cultura do respeito, da tolerância e da paz para a construção da cidadania, a partir do estímulo à reflexão necessária sobre direitos e deveres e solidariedade e justiça entre homens e mulheres. Ouviu histórias, trouxe relatos e confirmou que muito se fez e tem-se mais ainda a realizar. Boa leitura!

Diretoria Executiva da CNTE

Ação e reação aos reacionários

Mulheres se articulam em redes sociais e nas ruas para combater a ameaça aos direitos já conquistados

Por **Cristina Sena**



Foto: Vinícius Carvalho



Foto: Renato Alves

Marcha das Mulheres Negras e das Margaridas realizam mobilizações históricas nas ruas de Brasília

As tentativas de parlamentares de retirar direitos arduamente conquistados pelas mulheres resultaram em manifestações públicas de desagrado, sobretudo nas redes sociais. Campanhas virtuais foram articuladas por movimentos feministas para tentar barrar a tramitação de projetos anti-direitos no Congresso Nacional e contaram com significativa adesão espontânea.

Em agosto, a Marcha das Margaridas reuniu 70 mil pessoas em avenidas importantes da capital federal. Em novembro, foi a vez da Marcha Nacional das Mulheres Negras, com a participação de 50 mil manifestantes. Nas redes sociais e nas ruas, a Primavera Feminista juntou milhares em campanhas como #meuamigosecreto, #primeiroassedio, #ContraOPL5069 e #ForaCunha.

No Legislativo, a Procuradoria Especial da Mulher no Senado tem realizado mobilizações em diversas cidades do País para chamar a atenção à importância de ampliar a participação feminina nos espaços de poder. No *site* da Procuradoria há várias publicações sobre direitos das mulheres, pesquisas com o número de mulheres no Parlamento, além de vídeos e informações sobre projetos.

Para a senadora Fátima Bezerra (PT/RN), a Procuradoria tem exercido um papel relevante. “Levamos o debate para os estados. Quanto mais levarmos esse tema para a sociedade, mais destacamos a importância do alcance da igualdade de gênero”, informa.

A força do sexo frágil

As manifestações e mobilizações fortalecem os movimentos por direitos. No entanto, se o cenário político fosse mais favorável, o embate seria por avanços e não para evitar retrocessos.

Propostas como o fim da revista íntima estão estagnadas no Parlamento. O item da reforma política que garante cotas para mulheres no Legislativo foi aprovado pelo Senado, mas ainda não entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) tramita na Câmara com o número 134/2015. O texto aprovado no Senado por 53 votos a favor e quatro contrários define percentual mínimo de representação de homens e mulheres nas próximas três eleições. Na primeira, a meta é de 10% do Parlamento composto por cada gênero, 12% na segunda e 16% na terceira.

Se o percentual mínimo não for alcançado, as vagas faltantes serão



Senadora Vanessa Grazziotin

preenchidas por candidatos do gênero com a maior votação nominal individual entre os partidos que conseguiram o quociente eleitoral. A proposta valerá para a Câmara Federal, as assembleias legislativas, a Assembleia Legislativa do Distrito Federal e as câmaras municipais.

A Lei 13.165/2015 determina a reserva pelos partidos de 5% a 15% dos recursos do Fundo Partidário para o financiamento de campanhas eleitorais femininas nas próximas três eleições. Antes da reforma, havia apenas a determinação de preencher o mínimo de 30% para candidaturas de mulheres.

Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) integra o movimento “Mais Mulheres na Política, a Reforma de que o Brasil Precisa”, iniciado em março de 2015 pela bancada feminina do Congresso Nacional em favor da reserva de cadeiras para mulheres nos três níveis do Parlamento brasileiro. “A intenção é aprovar a PEC 134/2015. A campanha já foi lançada em todas as regiões do País e continuará até quando as propostas estiverem

sendo apreciadas no Congresso. Até aqui foram muitos apoios, de entidades da sociedade civil, de lideranças políticas locais, governadores, movimentos sociais, como estudantes, sindicalistas e feministas”, explica.

Candidaturas de líderes comunitários e populares, em especial as mulheres, tinham poucas chances frente às campanhas milionárias de políticos patrocinados por empresas. “Com a proibição desse tipo de relação promíscua entre público e privado, esperamos que os Legislativos fiquem mais representativos da sociedade”, ressalta Fátima Bezerra.

Pequenas grandes vitórias

Duas iniciativas, resultado de lutas históricas, tornaram-se leis. A do Feminicídio altera o código penal ao transformar o assassinato de uma mulher por causa de seu gênero em crime hediondo. A lei Complementar 150, que amplia as garantias para os trabalhadores domésticos, também foi comemorada. Agora, eles têm direito a jornada limitada em 44 horas semanais e não superior a 8 horas diárias, pagamento de hora extra, adicional noturno, seguro-desemprego e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Foto: portal.fatimabezerra.com.br



Senadora Fátima Bezerra

Representatividade das Mulheres

População: **51,4%**

Eleitoras: **52,13%**

Na Câmara: **9,9%**

No Senado: **13,6%**

Fonte: IBGE

0 ano do retrocesso

Por **Cristina Sena**

Levantamento do CFEMEA aponta que, de 81 proposições em andamento no Congresso Nacional sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, 24 são negativas, sendo que 22 delas representam perdas de direitos

Pouco tempo após a divulgação do resultado das eleições de 2014, analistas políticos e integrantes de movimentos sociais advertiram sobre os riscos de retrocesso no Legislativo federal. Estava eleito o Congresso Nacional mais conservador desde a redemocratização do País.

Logo no início da nova legislatura, o prognóstico se concretizou. Uma das consequências das escolhas nas urnas foi a ascensão do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), integrante da igreja pentecostal Assembleia de Deus e autor de projetos que atentam contra direitos das mulheres, para a Presidência da Câmara.

Pautas como a condenação ao aborto, a redução da maioria penal, a revogação do Estatuto do Desarmamento, o conceito de família baseado na heteronormatividade e a ampliação dos instrumentos para que as religiões possam intervir na Constituição avançaram na Câmara presidida por Cunha.

Também durante o primeiro ano desta legislatura, os parlamentares tiraram do Plano Nacional de Educação (PNE) a garantia do debate sobre identidade de gênero nas escolas. A decisão reverberou nas esferas legislativas estaduais e municipais. Muitos também não aprovaram a abordagem do assunto nas instituições de ensino.

Para a deputada federal, e ex-ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário (PT/RS), a alteração do texto original do PNE é fruto de uma ofensiva fundamentalista. “Grupos religiosos se moveram para impor uma visão heteronormativa e machista. Quando não se fala em

diversidade na educação, impede-se que mudanças sociais aconteçam. Os educadores precisam se mobilizar quanto a isso”, destaca.

No campo trabalhista, a aprovação do projeto que autoriza a terceirização e a ‘pejotização’ prejudica os trabalhadores como um todo, especialmente as mulheres, que já enfrentam a desigualdade de condições no mercado de trabalho em relação a salários e cargos ocupados. Elas ainda conciliam as atividades fora de casa com o exercício das tarefas do lar e a maior carga de responsabilidade com os filhos.

Ofensiva contra direitos – O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) divulgou, em dezembro, um levantamento alarmante. De 81 proposições em trâmite no Congresso Nacional diretamente ligadas a direitos sexuais e reprodutivos femininos, 24 são “absolutamente críticas para a incidência política feminista”. Dessas, 22 retrocedem direitos já conquistados.

“Na Câmara dos Deputados estiveram concentradas as ameaças mais graves”, acrescenta o texto, apontando que as principais votações e debates contra os Direitos Humanos foram negociados por integrantes das bancadas do Boi, da Bíblia e da Bala, “considerando suas prioridades”.

Reformas Paradas – O movimento contrário também ocorreu. Projetos considerados estratégicos do ponto de vista de garantia de direitos e redução das desigualdades foram rejeitados ou ficaram estagnados. Um exemplo claro é a reforma política. O fim do financiamento privado de campanhas e partidos políticos só ocorreu após decisão do Supremo

Tribunal Federal (STF), que considerou o recebimento de recursos por empresas inconstitucional.

Pesquisa realizada em julho mostrou que 79% da população via no financiamento privado um estímulo à corrupção. Ainda assim, em setembro, os deputados federais derrubaram a decisão do Senado de acabar com as doações empresariais.

De acordo com Maria do Rosário, o fim desse tipo de financiamento pode representar uma barreira a menos para as candidaturas femininas. “Historicamente, o poder econômico favorece a participação dos homens nos espaços políticos”, detalha.

Na avaliação de deputada Erika Kokay (PT/DF), o atual cenário político brasileiro reflete a demora do Legislativo em realizar mudanças fundamentais. “Nós estamos vivendo as consequências das reformas estruturais que não foram feitas, com as reformas política [a aprovada no Congresso é considerada uma

O Brasil está na posição 124 entre os 142 países no ranking de igualdade de salários por gênero. A renda média das brasileiras equivale a 68% da renda média de homens.

Fonte: Fórum Econômico Mundial

minirreforma, que não responde à demanda social] e tributária, além da falta da democratização dos meios de comunicações. A ausência dessas reformas ameaça nossas conquistas e indicam uma preguiça analítica muito grande”, critica.

Erika lembra que a luta ainda não terminou. “Nenhum desses projetos retrógrados foi transformado em lei”, aponta. “As transformações costumam ser feitas fora do Parlamento. A democracia favorece segmentos historicamente minoritários, isolados.

Precisamos fortalecer a democracia”, ressalta.

“Vamos amplificar pensamentos e falas como as de Paulo Freire, que declarava que as grandes transformações da sociedade serão realizadas pelos excluídos”, acrescenta.

Política e religião, uma relação perigosa

De acordo com reportagem publicada pela Agência Pública em outubro de 2015, o número de integrantes da Frente Parlamentar Evangélica aumentou 30% em relação à legislatura anterior. Eduardo Cunha faz parte da Frente, que tem como presidente o pastor e deputado João Campos (PSDB-GO), autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite a proposição de ações de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal por associações religiosas. Considerada uma afronta ao Estado laico, a PEC 99/2011 está em análise por Comissão Especial.

Erika Kokay, deputada federal



Foto: Divulgação

Uma das propostas impulsionadas pela Frente Evangélica que mais gerou mobilização das organizações de defesa de direitos das mulheres foi o PL 5069/2013, de autoria de Eduardo Cunha e outros 12 deputados. O projeto representa um retrocesso em direitos sexuais garantidos legalmente ao prever que uma vítima de abuso sexual ou estupro terá que realizar um boletim de ocorrência e fazer exame de corpo delito antes de ser atendida em



Foto: Jefferson Rucy/Agência Senado

Jô Moraes, deputada federal

uma unidade de saúde, submetendo as mulheres a um sofrido processo de revitimização.

Pelo texto, quem instigar, induzir ou orientar a gestante sobre aborto será punido com detenção. A situação se agrava se a ação for praticada por profissional de saúde ou se a gestante for menor de idade.

O projeto determina que a mulher só poderá receber medicamentos que não sejam abortivos, deixando a critério do profissional de saúde julgar quais são eles. Um exemplo é a pílula do dia seguinte. Caso o médico a julgue abortiva, a paciente não terá acesso.

Estatuto da Família – A principal bandeira dos evangélicos este ano foi o Estatuto da Família. Aprovado em Comissão Especial, o projeto define como família a formada por homem e mulher e seus descendentes, excluindo do conceito cerca de 25% das expressões familiares existentes na sociedade.

Segundo a deputada federal Jô Moraes (PCdoB/MG), o Estatuto da Família é “uma afronta à decisão do Supremo Tribunal Federal, à liberdade, à diversidade social, aos direitos de milhares de brasileiros que ficarão alijados das políticas públicas”, declarou, durante a leitura do relatório favorável redigido pelo deputado Diego Garcia (PHS/PR), em setembro.

“O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça são instituições absolutamente respeitadas e que merecem ser, no mínimo, acatadas em suas decisões. Quando se coloca no relatório que uma decisão do STF é temporária, nós estabelecemos uma inusitada situação das instituições democráticas. Compreendendo que milhares e milhares de brasileiros e brasileiras estarão excluídos das políticas públicas resultantes deste projeto que reescreve a realidade brasileira, o partido diz não, esperando que cheguemos a um tempo sem intolerância”, defendeu Jô, em seu voto.

“Estou aqui há seis mandatos e nunca vi um clima de plenário tão ruim e projetos tão atrasados serem votados nessas comissões. Nós estamos botando mais arma na rua, estamos votando contra mulheres, contra homossexuais. Estamos no século XXI e às vezes eu tenho a sensação de que estou indo para a idade média. Isso é dramático. Estamos distantes da realidade brasileira, da diversidade cultural e humana desse País”, criticou a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), em discurso no Plenário.

Pequenas em número, grandes em atuação - Em reuniões da Comissão Especial que analisou o

Estatuto da Família, elas foram vozes destoantes. A maioria dos 27 integrantes é da bancada evangélica. Maria do Rosário, Erika Kokay e Jô Moraes estão entre as cinco mulheres titulares. Mais do que destoarem, as vozes delas soaram alto.

Apesar de pequena, a bancada feminina na Câmara Federal fez toda a diferença em 2015. A militância aguerrida, sobretudo em questões que ferem os direitos das mulheres, é a marca delas no Congresso.

Jô Moraes está em seu terceiro mandato na Câmara. Começou a militância política ainda estudante e foi presa duas vezes durante a Ditadura, condenada à revelia pela Justiça Militar. Com a anistia, Jô passou a atuar no movimento de mulheres e escreveu livros sobre desigualdade de gêneros e discriminação.

Agressões - Professora por formação, Maria do Rosário assumiu uma cadeira na Câmara Federal pela primeira vez em 2003. O avanço do conservadorismo na sociedade, somado ao machismo, resultou em ataques à deputada nas redes sociais. Pessoalmente, ela foi ofendida mais de uma vez pelo deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). Em dezembro, a Justiça do Distrito Federal manteve a condenação a ele por ofensas ocorridas em dezembro de 2014.

Jandira Feghali, titular na Secretaria da Mulher da Câmara, também foi vítima de ataque sexista em 2015. O coronel da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal e presidente regional do DEM, deputado Alberto Fraga, afirmou que “mulher que bate como homem, tem que apanhar como homem”, à parlamentar.



Jandira Feghali, deputada federal

Resistência - “Adentramos o Legislativo e superamos uma série de dificuldades. Um mandato parlamentar construído a partir da luta das próprias mulheres é de resiliência, de resistência. São mandatos transformadores por ocuparem lugares que não foram pensados pela elite patriarcal para as mulheres. O fruto dessa transformação também é semente de novas transformações”, declara a deputada Erika Kokay. Funcionária pública e ex-sindicalista, ela é titular nas comissões de Direitos Humanos e Minorias, na Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, além das que avaliam a PEC 215 e o Estatuto da Família.

Maria do Rosário, deputada federal





Isis Tavares Neves

Secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e conselheira do CNDM

Fica, Dilma!

Nos últimos anos, as mulheres e os temas relacionados aos seus direitos e suas lutas estiveram em evidência, na mídia, no Parlamento, na cultura. Porém, o que deveria ser celebrado como avanços e conquistas muitas vezes foi usado contra as mulheres e sua presença nos espaços onde elas têm protagonismo e reconhecimento de sua atuação e competência.

“

É o primeiro governo que permitiu que fossem investigadas denúncias sobre corrupção

”

Ao longo do ano passado, a Bancada Feminina e a Procuradoria da Mulher no Senado lançaram a Campanha Mais Mulheres na Política, ocupando o Parlamento brasileiro, desde o Congresso Nacional até Assembleias e Câmaras Municipais.

A campanha estimulou os 52,13% da população brasileira segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a participar ativamente da política e exigir que a lei eleitoral vigente seja cumprida, e conclamando ao conjunto da sociedade o apoio a uma Reforma Política Democrática, com o fim do financiamento empresarial de campanha e respeito à

representação feminina na sociedade de forma que o Parlamento não seja um ambiente hostil na luta contra toda forma de opressão e em defesa da democracia.

Paradoxalmente, parlamentares mulheres, nas Casas Legislativas dos mais diferentes municípios e estados, foram agredidas, fisicamente e/ou moralmente por parlamentares homens, que não demonstraram nenhum constrangimento ou arrependimento. Neste caso, ao vivo e em cores, em transmissões oficiais.

Dilma Rousseff foi reeleita presidenta do Brasil, com 54 milhões de votos. 54 milhões de pessoas votaram nela, mesmo com uma campanha contrária que ultrapassou o horário eleitoral na TV na grande mídia e uniu o que existe de mais atrasado, privatista, fundamentalista e, em especial, com a utilização, à exaustão, do preconceito de gênero para atacá-la e ao seu partido.

Não bastasse o período da campanha eleitoral, após o anúncio de sua vitória, ela começou a ser alvo de manifestações espúrias, que rebaixam o ser humano a um patamar de animalidade moral.

Desde charges e comentários misóginos, em que o fato de ser mulher é o principal motivo dos ataques preconceituosos de gênero, à confecção de adesivos de cunho pornográfico e violento, para serem colados nas entradas para abastecimento de combustível dos carros e cartazes com expressões fascistas até as campanhas “fora Dilma”, de incitação ao ódio ou ao seu assassinato, caso ela não renunciasse ou



Suportar todo tipo de violência dirigida, velada e praticada nas entrelinhas, é desgastante e desrespeitoso



não sofresse um processo de *impeachment*, o preconceito de gênero esteve implícita ou explicitamente exposto.

O que motiva o “fora Dilma”?

Em seu governo, fruto dos avanços e conquistas de projeto vitorioso que se iniciou em 2002, houve acesso de jovens das periferias das grandes cidades aos bancos das universidades; valorização do salário mínimo com aumento real de 76% de 2003 a 2015; reajuste do Piso Nacional dos professores que soma 93% desde sua criação em 2008; investimentos em programas sociais, que levaram alimentação, moradia, luz, água, saúde, educação e cidadania, tirando milhares de pessoas da pobreza extrema; o enfrentamento à violência e estímulo à profissionalização e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; e é o primeiro governo que permitiu que fossem investigadas denúncias sobre corrupção que atingiram a maioria dos partidos com representação no Congresso Nacional.

Qual a origem de tanto ódio dirigido à Presidenta da República legitimamente eleita e reeleita do Brasil?

A principal questão é o ódio de classe, das elites que estiveram no poder nesse País por décadas e não aceitam que perderam uma posição estratégica das mais importantes: a Presidência da República. A segunda é a misoginia, o preconceito de gênero arraigado na cultura brasileira. E a terceira é a violação de todos os direitos humanos e civis que baseiam o processo civilizatório através da manipulação da informação.

Suportar todo tipo de violência dirigida, velada e praticada nas entrelinhas, é desgastante

e desrespeitoso. É necessário dar um basta às pressões do sistema machista.

É inadmissível que a liberdade religiosa, política e de expressão, conquistadas por homens e mulheres com compromisso com o Brasil, assim como a Presidenta Dilma, sejam usadas de forma deturpada e transformem as ruas e o Parlamento em palco de agressões machistas e fascistas.

É inadmissível que a violência contra a mulher, o machismo, a misoginia, o ódio e a intolerância sejam reproduzidos nos espaços que deveriam denunciá-los e combatê-los.

Estamos entre os sete países que mais matam mulheres no mundo.

Todos os dias milhares de mulheres que exercem funções, historicamente, destinadas a homens são massacradas moralmente nos seus locais de trabalho. Além de fazer, as mulheres precisam mostrar e provar num espaço de tempo muito menor, que são capazes de exercer cargos, especialmente na gestão pública.

As recorrentes cenas de machismo e retrocesso de direitos - exemplo vergonhoso de parlamentares da Câmara Federal, fruto do Congresso Nacional mais conservador desde 1964 - não podem se propagar no seio da sociedade brasileira.

Além da Reforma Política Democrática, precisamos de uma revolução cultural, que questione os estereótipos seculares que exaltam uma única forma de ser mulher e, na prática, transformam as mulheres em objetos de segunda categoria, em eternas coadjuvantes em todos os espaços da sociedade.

Até quando, dentro e fora do Parlamento, as mulheres continuarão a mercê do machismo?

Somos sub-representadas no Parlamento brasileiro. Porém temos grandes mulheres no Parlamento e uma Presidenta, uma estadista exemplar, para provar que, além de grandes “colaboradoras” e companheiras de luta, somos também grandes companheiras de poder.

Por isso, e para as grandes mudanças que o Brasil ainda precisa, Dilma fica! Assim como ficará na história deste País o legado do projeto político construído sob seu comando.

No lugar certo, na hora certa...

Por **Katia Maia**

Primeira mulher negra a assumir a reitoria de uma universidade federal no País, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2013, a pedagoga Nilma Lino Gomes é Mestre em Educação, Doutora em Antropologia Social pela USP, Pós-Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Portugal, e Ministra de Estado das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

Nilma foi indicada pela presidente Dilma Roussef, em outubro de 2015, durante a reforma ministerial, para dirigir a nova estrutura, que incorporou três secretarias nacionais: a de Política para Mulheres; de Igualdade Racial; e de Direitos Humanos. Um cargo desafiador, principalmente em um País em que “o número de homicídios de mulheres negras foi o que mais cresceu: 54% em dez anos”, lamenta a ministra, citando os dados do Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil.

Mas desafio é com ela mesma, que recebeu a Revista *Mátria* para uma conversa descontraída sobre o Brasil, as brasileiras e a sociedade em geral que, infelizmente, em pleno 2015, ainda registra ofensas virtuais contra brasileiras negras - celebridades ou anônimas. A todos, a ministra dispara: “O lugar do negro e da negra na sociedade brasileira é todo e qualquer lugar, é onde eles desejam estar”. Confira:

Qual o maior desafio que a senhora vislumbra com a junção das três secretarias em um único ministério?

Os temas Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos têm muitos pontos em comum. Desta forma, vamos trabalhar de maneira transversal, para que possamos dar destaque e relevância às particularidades de cada tema e, ao mesmo tempo, somando e otimizando naquilo que essas áreas têm em comum.

Um exemplo disso é a questão das mulheres negras: ao mesmo tempo em que estaremos atuando na promoção de políticas para as mulheres, também teremos a oportunidade de dar foco em desigualdades específicas

que afetam principalmente as mulheres negras, tais como saúde, trabalho e educação.

Precisamos incidir de maneira educativa e estruturante para alterar os impactos que atingem a população negra, por motivos diversos e, especialmente, as mulheres negras.

A Lei Maria da Penha completa, em 2016, 10 anos. É uma década para se comemorar?

O Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), aponta um aumento de 21% de mulheres vítimas de violência em uma década. Isso quer dizer que em 2013 cerca de 13 mulheres foram assassinadas diariamente. O País tem uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo, conforme dados da OMS.

E em relação às mulheres negras?

O número de homicídios de mulheres negras foi o que mais cresceu: 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013.

A situação das mulheres negras, comparada à situação de mulheres brancas, é de maior desigualdade, pois elas são as mais invisíveis e as mais vulneráveis.

No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Os dados fornecidos pelo Mapa nos impulsionam no sentido de ampliarmos, cada vez mais, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O racismo, o machismo, a pobreza e as desigualdades social e econômica ainda prejudicam

a vida de milhões de mulheres no País. No caso das mulheres negras, essa situação se agrava?

Os dados do Mapa da Violência 2015 atestam que as denúncias do movimento negro e das mulheres negras são, de fato, uma realidade. Quando avaliamos gênero e raça conjuntamente, os dados revelam a perversidade das estruturas desiguais em nossa sociedade.

Como isso é perceptível?

Antes, essa dimensão ficava muito restrita a movimentos sociais, mas agora começa a nos desafiar por mais políticas públicas, de Estado, que contribuam para a mudança desse quadro de desigualdade. Exemplo disso são os avanços já conquistados, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e as Casas da Mulher Brasileira, que vêm sendo implementadas em todo o País.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também registram que entre 2013 e 2014, 18,1% das pessoas negras superaram a extrema pobreza e outros 10,7% saíram da pobreza, o que reforça a importância das políticas públicas para a superação da extrema pobreza entre a população negra.

E quanto às manifestações racistas contra atrizes negras na Internet?

Esse tipo de caso acontece com frequência, e atinge não apenas famosos, mas uma maioria anônima. As transformações são lentas, mas temos avançado tanto na consolidação de ações afirmativas quanto na adoção de medidas legais.

Existem iniciativas voltadas exclusivamente para esses ataques virtuais?

Temos o Humaniza Redes, que tem nos auxiliado a fazer um processo reeducativo em relação a comportamentos discriminatórios na Internet, e recebe denúncias pela própria rede – trata-se da primeira ouvidoria *on-line* do Brasil para violações de Direitos Humanos.

A questão racial extrapolou o âmbito dos movimentos negros?

A luta contra o racismo e pela igualdade racial está avançando e é hoje uma preocupação de toda a sociedade e não mais apenas do movimento negro. Um dos primeiros avanços que vejo é uma discussão maior e mais densa no Brasil sobre os efeitos nefastos do racismo na vida de brasileiros e brasileiras.

A questão racial aos poucos começa a ser incorporada pela sociedade brasileira como uma questão nossa, enquanto sociedade, e não como uma questão unicamente dos negros e negras.

E a realidade sobre as mulheres negras que persiste: a dificuldade para entrar no mercado de trabalho, os salários menores, a construção negativa da imagem da mulher negra etc.?

As mulheres negras, no Brasil, ainda sofrem muitas dificuldades no que diz respeito a renda, educação e trabalho. No caso da renda, são o menor grupo de rendimento do País. Essa disparidade está associada tanto ao pertencimento racial quanto ao gênero e à valorização (ou desvalorização) das atividades tradicionalmente exercidas pelas mulheres negras.

Isso nos traz o duplo desafio de promover equivalência de oportunidades para pessoas negras e brancas, homens e mulheres, e de valorizar certas categorias profissionais, como é o caso do emprego doméstico, cujos direitos foram regulamentados pela Lei Complementar nº 150, em junho de 2015.

Houve avanços na educação?

A média de anos de estudo cresceu nos últimos anos, sobretudo entre a população negra. Em relação ao Enem, um dos maiores instrumentos de democratização do acesso ao ensino superior nos últimos anos, os negros são a maioria dos participantes. Na última edição, 58,17% dos inscritos eram negros. Na edição do Sisu do primeiro semestre de 2015, 47% das vagas ofertadas atenderam os princípios da Lei de Cotas. Para garantir a permanência desses estudantes

“O número de denúncias, por exemplo, tem aumentado ano a ano, assim como as punições. Em 2011 registramos em nossa Ouvidoria 219 denúncias. Em 2015, foram 583 denúncias registradas até novembro”

nas universidades públicas, o MEC aumentou em 77% os recursos destinados à assistência estudantil.

Quanto às oportunidades de acesso ao Ensino Superior privado, vemos que a população negra responde por mais da metade dos contemplados. No ProUni, 51,38% das bolsas de estudos são ocupadas por negros. No Fies, 50% dos contratos de financiamento são firmados por estudantes negros.

Conforme a Pnad de 2014, a escolaridade dos negros de 18 a 29 anos é de 87,3% em relação aos não negros. E a participação não ocorre somente no acesso às instituições brasileiras. Os estudantes negros respondem por 26,59% das bolsas em universidades estrangeiras no âmbito do Ciência sem Fronteiras.

Porém, apesar da redução das desigualdades, a média de escolaridade das mulheres negras continua inferior à média das mulheres brancas. O maior desafio, portanto, é continuar lutando contra essas desigualdades, com a criação de oportunidades iguais.

E em relação aos altos cargos da sociedade?

Mesmo sendo maioria da população (52%), os negros ocupam poucos cargos de direção em empresas e órgãos públicos. A situação das cerca de 50 milhões de mulheres negras é ainda mais complicada: nas 50 maiores empresas públicas e de capital misto do Brasil, não tem mulher negra nas gerências e diretorias.

E na política, o que falta para a mulher negra ocupar mais espaço?

A composição partidária brasileira ainda reflete o patriarcalismo da



nossa sociedade. A necessidade de maior presença feminina nas casas legislativas foi um dos pontos citados na “Carta de Brasília”, um documento que surgiu do “Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres”, realizado em outubro do ano passado no

Congresso Nacional, com a presença de senadoras, deputadas federais, deputadas estaduais e vereadoras de todo o Brasil.


Segundo o documento, o Brasil apresenta um dos menores índices de presença feminina nos parlamentos, ocupando o 158º lugar entre 190 países. Quinze dos 27 estados brasileiros ainda não têm representação feminina no Senado, e 12 dos 28 partidos atuantes na Câmara dos Deputados não têm mulheres entre seus integrantes.

De acordo com o documento, foram esgotadas as alternativas para incentivar os partidos a tomar providências que garantam a presença feminina nas casas legislativas, por isso é preciso aprovar as cotas.

Gostaríamos que as mulheres, em especial as mulheres negras, ocupassem postos de destaque nas mais diversas áreas, seja no Parlamento, seja em diferentes setores econômicos e produtivos. Essas, certamente, seriam importantes formas de avançar com o protagonismo das mulheres negras para a efetivação da democracia e para a construção social, política e econômica do País.

“ Em 2015, 25,4% dos contratos do Fies para medicina foram de afrodescendentes. No Pronatec, os negros são 69% dos beneficiados pela Bolsa-Formação, ação de maior relevo, com destaque para as mulheres negras inscritas no Cadastro Único ”

Um marco contra as marcas da violência



Há 10 anos o Brasil tem uma das melhores leis do mundo para o enfrentamento dos conflitos de gênero, mas isso ainda não diminuiu a estatística de violência contra as mulheres



Os sinais estão por toda parte. A denúncia ou o pedido de socorro nem sempre vem explícito, mas, de uma forma ou de outra, aparece. Seja por meio de uma conversa, por um telefonema, pela maneira de agir ou mesmo na redação de um concurso, como aconteceu no Enem 2015. A violência contra as mulheres ainda persiste como uma ameaça na sociedade e, no Brasil, segundo o Mapa da Violência 2015, o número de vítimas de homicídio do sexo feminino cresceu 21% em uma década (entre 2003 e 2013), o que representa 13 mortes por dia no Brasil.

Se for levado em consideração o crescimento da população feminina, que no período passou de 89,8 para 99,8 milhões (crescimento de 11,1%), a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, crescimento de 8,8% na década.

Agora, em 2016, a Lei Maria da Penha completa dez anos e a partir de sua vigência, segundo o Mapa da Violência (entre 2006 e 2013), apenas cinco Unidades da Federação (UF) registram quedas nas taxas: Rondônia,



Os estados de Roraima (15,3%), Espírito Santo (9,3%) e Goiás (8,6%) lideram as taxas de taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil). Em contrapartida, sete Unidades da Federação (UFs) registraram quedas (leves em alguns casos), como em Mato Grosso do Sul (-0,1%), Amapá (-5,3%), Rondônia (-11,9%), Pernambuco (-15,6%) e Mato Grosso (-16,6%); e quedas significativas, acima de 30%, em São Paulo e no Rio de Janeiro

Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Nas 22 UF's restantes, no período, as taxas cresceram com ritmos variados: de 3,1% em Santa Catarina, até 131,3% em Roraima.

“Não se constrói uma civilização sem garantir direitos fundamentais das mulheres”, disse a chefe da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Presidência da República, Maria Aparecida (Cida) Gonçalves, durante

reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Na ocasião, ela lembrou que Brasil é o 5º colocado no *ranking* da violência contra a mulher no mundo, com 5.600 mulheres assassinadas e 500 mil estupradas a cada ano. “Não podemos pensar que isso seja normal”, enfatizou, acrescentando que a maioria das mulheres é assassinada pelos companheiros ou ex-companheiros, maridos ou namorados, sendo que 56% delas são mortas na faixa etária entre os 20 e os 39 anos, sua época mais produtiva e reprodutiva.

Segundo o Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, “a violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Ela é estruturante da desigualdade de gênero” e complementa: “além das violações aos direitos das mulheres e a sua integridade física e psicológica, a violência impacta também no desenvolvimento social e econômico de um país”.

Mas, os instrumentos existem e estão postos à mesa para o enfrentamento e combate à forma de violência. A Lei Maria da Penha é um dos mais importantes. Ela define e tipifica as formas de violência contra as mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), e ainda trata da criação de serviços especializados, como os que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A Lei do Feminicídio – Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, tornou o assassinato de mulheres qualificado quando feito por menosprezo à condição de mulher.

Existe ainda o Ligue 180. Uma ferramenta que tem demonstrado

que as mulheres querem e vão denunciar sempre que possível. Em 2015, somente no primeiro semestre, o serviço registrou uma média de 179 relatos de agressão por dia, totalizando mais de 32 mil ligações sobre violência contra a mulher.

Mais da metade das ligações, 16 mil, foram para relatar agressão física, o que significa 92 denúncias por dia. O segundo tipo de violência mais relatado foi o de agressão psicológica, com aproximadamente 10 mil casos.

O Ligue 180 é o telefone da Central de Atendimento à Mulher, um disque-denúncia do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e é a principal porta de acesso aos serviços que integram a rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher.

Criado em 2005, o serviço de denúncia já realizou mais de 4 milhões de atendimentos. Desde 2014, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 acumula também as funções de acolhimento e orientação da mulher em situação de violência. O serviço também está disponível para brasileiras no exterior. São 16 países na América Latina, Europa e América do Norte.



Criado em 2005, o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) já realizou mais de 4 milhões de atendimentos



Rio de Janeiro

Lucimar da Costa, hoje com 24 anos e ex-moradora de uma comunidade não pacificada no Rio de Janeiro, teve a sua primeira experiência com drogas aos 16 anos. Uma amiga ofereceu maconha e cocaína, ao mesmo tempo. Ela, curiosa, usou as duas. Dali em diante, virou usuária.

A mãe, religiosa, nem desconfiava, até que um dia, encontrou a filha se drogando dentro do quarto, acompanhada de três amigas, o namorado e um tio. “Eu já estava me drogando há mais de um ano”, revela Lucimar.



Depois de muitas brigas em casa e para fugir do controle da mãe, a garota foi

morar com o namorado. “Foi a pior decisão que tomei. Passei a vender drogas com ele e a me prostituir”, conta.

Lucimar engravidou e o namorado não acreditou que o filho era dele. Foi quando começaram as agressões físicas. “Quando contei que estava grávida, ele me colocou para fora de casa. Passei duas noites acordada usando cocaína. Quando voltei, ele me deu uma surra, que me deixou muito machucada”.

Foram quatro anos de brigas e maus tratos, inclusive depois que o bebê nasceu. “Qualquer coisa era motivo de agressão. Ele vivia descontrolado, drogado e fazia de tudo comigo: puxões de cabelo, chutes nas pernas, tapas, socos, beliscões...”

Além das agressões, Lucimar vivia com o medo de perder seu filho. “Meu namorado ameaçava matar meu filho junto comigo. E eu ficava apavorada. Eu revidava quando ele me batia, mas não tinha coragem de denunciar.

Sempre acreditei que ele seria capaz de fazer alguma ruindade comigo e com o garoto”.

Só há oito meses Lucimar se livrou dessa situação. Com a ajuda de uma pastora, de uma igreja evangélica, saiu da casa em que morava com o agressor e fez um registro na delegacia. Mesmo assim, sua vida ainda está longe de voltar à normalidade. “Eu admito que vivo morrendo de medo dele. Não estou tranqüila. Não consigo dormir uma noite de sono. Acordo toda hora, não consigo andar sozinha na rua. Tenho muito medo, pois ele já foi chamado para prestar depoimento, mas nada mudou. Ele continua por aí, drogado, dizendo para quem quiser ouvir que ainda vai me pegar. Não tenho sossego”, desabafa Lucimar, que, há dois meses, mora com o filho em um abrigo municipal para mulheres vítimas.

“...e fazia de tudo comigo: puxões de cabelo, chutes nas pernas, tapas, socos, beliscões...”

Pernambuco

Maria Luciene da Silva tem 41 anos e oito filhos. Parte das crianças nasceu de relações sexuais não desejadas com o marido, o chamado estupro conjugal. O tormento não se resumia à cama. Luciene era espancada e mantida em cárcere pelo homem com quem viveu por 17 anos. Após ser atacada com pauladas e serra de pão, conseguiu escapar do ciclo de violência.



Empregada doméstica, precisou ser abrigada com sete filhos pequenos durante dois meses para ficar distante do ex-marido. Nesse período, ficou em um centro de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, o Maristela Just, da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife. Somente assim, com a distância do agressor, criou coragem para prestar queixa na Polícia. O ex-marido terminou preso. “Da prisão ele me ligava e ameaçava de morte. Um

“Da prisão ele me ligava e ameaçava de morte. Um dia soube que tinha morrido na cadeia”

dia soube que tinha morrido na cadeia, de derrame cerebral”, conta.

Quatro anos depois, a doméstica respira aliviada. Voltou a se relacionar com homens. Comprou uma casa, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. Sorri. “A mulher sai da situação de violência. Basta coragem. Se ficar com medo, a situação se repete”, ensina. O discurso não foi fácil de aplicar. Dependente financeiramente do ex-marido, fazia faxinas, mas era demitida porque ele ia à casa dos patrões e iniciava discussões. Para Luciene, o divisor de águas em sua vida tomada por agressões foi o apoio recebido no Maristela Just, onde ganhou informação e recuperou a auto-estima.

“Ele dizia que mulher que trabalha fora trai o marido. Falava que mulher dele não trabalhava. Dizia também que se eu fizesse operação para não ter mais filho era para ter outros homens e não engravidar. Me pegava à força, queria ter mais filhos. Ele descobria o remédio anticoncepcional e jogava fora”, lembra. Hoje Luciene comemora. Considera-se liberta.

Santa Catarina

Dalila (nome fictício), de 33 anos, encorajada pelos pais, sempre foi independente. Ela aprendeu a dirigir e fez faculdade antes da maioria das pessoas. Mas a vida social agitada e o bom relacionamento com a família teriam fim em pouco tempo. Na graduação ela conheceu seu futuro marido e agressor, com quem ficou casada por 15 anos.

Já no início do casamento, ele a afastou dos parentes: mudaram-se de Florianópolis, Santa Catarina, para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Na nova cidade, ela ficou praticamente uma década sem contato com os pais e irmãos – nem mesmo quando esteve internada por 28 dias no hospital, diagnosticada com pré-eclâmpsia durante a primeira

gravidez ele permitiu a visita da família. Dalila perdeu o bebê e não pode ver a mãe.

Em casa, as cortinas estavam sempre fechadas: “Eu não podia conversar com as vizinhas, porque ele dizia que isto era coisa de mulher vulgar”, diz. Deixou de usar maquiagem e roupas

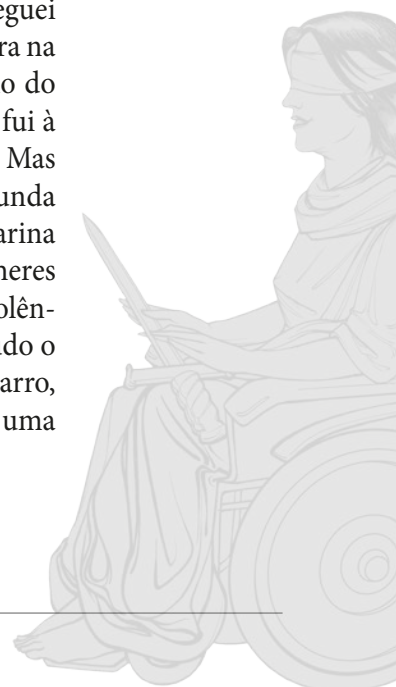
que gostava. Na segunda gravidez, novamente diagnosticada com pré-eclâmpsia, quase morreu. E, mais uma vez, não teve contato com os parentes. A filha do casal só conheceu a família materna aos cinco anos de idade. “Eu sempre percebi que isto estava errado, mas ele me fez depender tanto dele que eu acabava acreditando que era para o meu bem”, lembra.

“Cheguei a pensar em me matar algumas vezes, mas nem isso eu conseguia, eu tinha raiva de mim por não conseguir. Eu pedia a Deus todos os dias para ter uma doença e morrer, assim não teria que viver mais nessa situação. Eu era um bicho enjaulado”, relata.

Ela deu um basta no relacionamento abusivo em abril de 2015, quando descobriu um tumor na tireóide. Mas ele passou a persegui-la: “Ele me vigiava o tempo todo, cheguei a flagra-lo escondido atrás de uma pilastra na casa do vizinho e sair correndo no meio do mato quando foi descoberto. Foi aí que fui à delegacia pela primeira vez”, conta Dalila. Mas ele só se afastou mesmo depois da segunda denúncia. Hoje Dalila está em Santa Catarina e trabalha em uma ONG de apoio a mulheres que sofrem ou sofreram algum tipo de violência doméstica. “Voltei a ser eu, a fazer tudo o que eu sempre amei. Eu dirijo o meu carro, cuido da minha filha, trabalho, eu tenho uma vida”, conclui, com um sorriso.



“Cheguei a pensar em me matar algumas vezes, mas nem isso eu conseguia, eu tinha raiva de mim por não conseguir”



Amazonas

Daiana Mar, de Manaus, tem 30 anos e 4 filhos. O menor, ainda bebê, nasceu de uma violência. O agressor foi o próprio marido, por quem a dona de casa se apaixonou há 10 anos. De famílias amigas, os dois se casaram logo e viveram bem até 2012 quando, após uma viagem sem a esposa, o microempresário, sem qualquer motivo, voltou para casa acusando Daiana de traição.

O que era um sonho virou pesadelo e ela passou a ser ameaçada com frequência. Desconfiado, ele não deixava a mulher sair de casa, ter amigas ou usar o celular. Mas as agressões eram, até então, psicológicas. Um dia, o homem pegou uma faca e disse que iria matá-la. A partir daí, a violência física virou rotina.

“Ele passou a me violentar, enrolava o fio do ferro elétrico no meu pescoço e jogava água em mim. Era tortura mesmo. Um dia acordei de madrugada sentindo cheiro de gasolina: ele tinha espalhado o líquido pela casa toda e disse que colocaria fogo em mim e nas crianças”, conta Daiana.

Com várias hemorragias, quase morreu depois de uma das tantas violências físicas que sofreu. Dependente e sem recursos, Daiana demorou para procurar ajuda. Quando o fez, foi mais uma vez agredida, desta vez pelo preconceito: “Na delegacia, o policial disse alto, sem qualquer empatia – ‘Aí vem mais uma que apanha todos os dias’, como se eu não tivesse o direito de denunciar, como se eu gostasse de passar por aquilo e de colocar meus filhos em perigo”.

Ela começou a receber mensagens e ligações de números desconhecidos no celular, que simulavam um relacionamento extraconjugal. Daiana não sabia o que estava acontecendo e o marido usava isso como prova e razão para machucá-la. Depois de algum tempo, a dona de casa descobriu que o próprio marido havia combinado com um amigo essa relação forjada, para fundamentar os ataques.

Após uma audiência, em que o marido a acusou de traição para justificar o comportamento, fizeram um acordo de convivência amigável. A paz durou duas semanas. Então ele bebeu, bateu nela, quebrou móveis, porta e janelas. Com a bagunça, a polícia veio e o tirou de casa. Mas ele pagou a fiança e voltou na mesma noite. Em outro momento, ao tentar denunciar novamente, Daiana foi informada de que precisaria de duas testemunhas. Também conta que ligou algumas vezes para o 190 e não foi atendida. Hoje, depois de novas denúncias, ele já saiu de casa e aparece de vez em quando, com a desculpa de ver os filhos. Mas ela não acha que o ex-marido será punido.

“Confio mesmo é na justiça de Deus. Acho que a lei ainda tem que melhorar muito. Um pedaço de papel não me protege de nada, ele arrombou a casa mais de uma vez, apesar de uma medida protetiva. Eu ainda tenho medo, as crianças se trancam no quarto quando ele chega; é como se tivéssemos de viver fugindo”, diz, entre lágrimas.

Atualmente, Daiana recebe atendimento psicológico em um Centro de Apoio à Mulher e se esforça para esquecer o passado.

“Longe dele, posso voltar a sonhar. Quero fazer uma faculdade, melhorar a vida da minha família. Mas não penso em um novo relacionamento. Olho para o futuro e me vejo sozinha”, completa.

“Ele passou a me violentar, enrolava o fio do ferro elétrico no meu pescoço e jogava água em mim”



Distrito Federal

Era para ser uma festa de réveillon. Tempo de renovação. Época do ano em que promessas são feitas e esperanças reabastecidas. Na noite de 31 de dezembro de 2015, uma jovem de 24 anos, estudante da Universidade de Brasília (UnB) saiu de casa para comemorar mais uma passagem de ano.

Pouco depois da meia noite, ela dançava na companhia de um amigo quando foi abordada por um segurança da festa em que estava. Começava naquele momento o seu pesadelo de ano novo. “Fui abordada por um dos seguranças, que me coagiu a sair da festa. Eu realmente não entendi o motivo e, mesmo alcoolizada, só atendi por ser uma figura de autoridade do local”, escreveu numa rede social.

A partir daí, a estudante conta que se sentiu “completamente vulnerável, com muito medo”. Ela foi conduzida a uma área fora da festa, próxima a carros estacionados. “Ali ele me virou de costas e, sem a menor cerimônia me estuprou”, conta. Segundo ela, após o ato, ele “voltou com outro segurança e disse: Tá aí, cara, manda ver!”

A jovem, em seu relato, esclareceu que o outro não fez nada e foi embora. “Acho que ele se assustou e disse que não ia fazer nada. Respirei fundo e voltei pra festa num misto de pavor e dormência”, relatou. “Eu fui estuprada por quem deveria assegurar minha segurança. Eu tive medo, não reagi (poderia ter sido pior se reagisse, eu poderia apanhar, poderia demorar mais...), só queria que acabasse logo”, disse.

A estudante disse que não contou nada a ninguém. “Me questionei se eu não tinha pedido por aquilo, olha que ridículo! É assim que somos ensinadas”. Sentiu-se culpada e destacou que na sociedade “a culpa sempre é atribuída à mulher”. O caso ia morrer ali mesmo se ela não tivesse tomado coragem e contado a história em seu perfil do *Facebook*.

“Eu estava desnorçada! Não queria contar pra ninguém, estava com vergonha, me sentindo suja, culpada... Quando num ímpeto



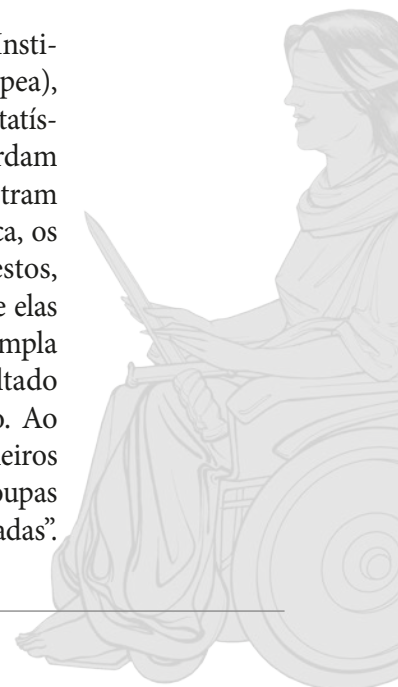
saí do quarto e disse ao meu pai: eu fui estuprada... Fomos imediatamente à Delegacia da Mulher”. A jovem, que tem um perfil de ativista de causas contra a violência à mulher, disse que decidiu se expor para dar o exemplo e evitar que as mulheres se calem diante de violências sexuais.

A coragem de contar seu próprio drama gerou a discussão e provocou reações na rede social. Comentários sobre o estupro reforçaram uma cultura machista e questionaram se a postura dela não teria provocado o possível abuso.

Posicionamentos que reforçaram o estereótipo mostrado, inclusive em pesquisas recentes, de que parte da sociedade ainda acredita que a roupa usada pela mulher, o consumo de bebida alcoólica ou o comportamento de alguém favorecem o estupro. “História estranha. Por que ela não denunciou na hora?”; “Por que ela saiu sozinha com o segurança?”; “Tem muita gente que se faz de vítima para desgraçar a vida dos outros”, escreveram.

Em 2014, uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do governo federal, divulgou a estatística na qual 65% dos brasileiros concordam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Na época, os dados da pesquisa provocaram protestos, mobilizando artistas e autoridades, entre elas a presidente Dilma Rousseff, e houve ampla repercussão nas redes sociais. O resultado estava errado – grosseiramente errado. Ao contrário dos 65%, apenas 26% dos brasileiros concordavam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. O que também não é nada certo.

“Ali ele me virou de costas e, sem a menor cerimônia, me estuprou”





Maria da Penha: uma força que nos alerta

Por **Katia Maia**

Há dez anos, em agosto de 2006, era sancionada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. A partir daquele momento, todas as formas de discriminação e violência contra a mulher estavam sujeitas às sanções e penalidades da lei, que (aos poucos) foi tomando visibilidade e se tornando uma realidade no combate à violência contra mulheres.

Reconhecida pelas Nações Unidas como uma das três melhores legislações no mundo no enfrentamento da violência de gênero, foi batizada com o nome de Maria da Penha, uma cearense que sentiu na pele o real significado da violência contra a mulher e da impunidade.

Em 1983, ela foi vítima do marido, Marco Antonio Heredia Viveros, que atirou nela, nas costas, enquanto dormia. Maria da Penha perdeu os movimentos das pernas e ficou paraplégica.

Mas não perdeu a força. Em 1994 publicou o livro “Sobrevivi... Posso Contar”. Sua história ganhou repercussão internacional e levou o Brasil a mudar a legislação brasileira, permitindo, nas relações de gênero, a prevenção e a proteção da mulher em situação de violência doméstica e a punição do agressor.

Maria da Penha conversou com a Revista *Mátria* e, num bate-papo descontraído, falou de conquistas, de desafios e de realidade. Uma década depois, ela não titubeia em afirmar que “a lei pegou”, só lamenta que ainda exista muita estrada para percorrer. Afinal, na avaliação dela, “o nosso País é sim machista, a maioria dos homens é machista, e mudar uma cultura é muito a longo prazo”. Mas não desanima, reconhece os avanços e destaca que a educação tem um papel fundamental nessa empreitada.

Mátria: De onde saímos aonde chegamos?

Nós estamos em uma situação não muito boa, mas também não é ruim. Estamos vendo a cada dia um número maior de denúncias feitas pelas mulheres. Isso significa dizer que as mulheres estão acreditando nas instituições.

Mátria: Qual o papel das instituições nessa luta?

As instituições fazem com que a Lei Maria da Penha saia do papel. Mas, infelizmente, só existe (com raras exceções) atendimento nas grandes cidades, geralmente nas capitais, onde há um movimento muito grande do gestor público e a cobrança da sociedade também é grande. Existe a facilidade de o Ministério Público criar um núcleo de assistência à mulher e a Defensoria Pública também.

Mátria: E nas cidades menores?

Infelizmente, a gente não pode falar dessa realidade para os meios e pequenos municípios. Já existem, é certo, alguns que estão se apropriando dessa condição. O que acontece é que a mulher do campo e da cidade pequena tem a informação, mas não há política pública e, nesse caso, tem que existir o interesse do gestor público em criar essas políticas públicas. A mulher das cidades menores, infelizmente, não consegue sair dessa situação de violência.

Mátria: Falta vontade política ou informação?

Faltam as duas coisas. A vontade política teria que ser mais

responsável nesse sentido. Porque na hora em que os políticos e os gestores públicos começam a criar essas condições, a divulgação e a comunicação começam a acontecer e, conseqüentemente, o empoderamento da mulher para se enfrentar a violência.

Mátria: A lei hoje é uma realidade?

Com certeza. É uma lei que pegou. A gente vê que as mulheres, a população de um modo geral, os homens de bem também, enfim, aqueles que pensam num mundo melhor, num futuro sem violência, conhecem e respeitam a legislação.

Mátria: A mídia ajudou na divulgação da lei?

Esse conhecimento através do rádio e da TV, de uma maneira geral, desperta o interesse. Então, os mais favorecidos têm ainda a Internet para se apropriar do que é a lei e falar dos direitos das mulheres. Infelizmente, os pequenos municípios e mulheres do campo só contam com o rádio e não conhecem a fundo como deveriam.

Mátria: No ambiente escolar, qual seria o papel dos professores na construção de uma sociedade mais igualitária?

A educação é a base de toda e qualquer mudança - a educação formal, junto com a educação cidadã. Deixa eu te dar um exemplo: nós temos um parceiro, que é o Senhor Simpatia. Ele divulga a lei por meio de cordel, de música. É uma maneira muito suave de divulgar a lei e atrair outros parceiros também. Ele agora está

desenvolvendo um trabalho muito importante na cidade de Teresina, onde mais de 40 mil alunos já foram sensibilizados através de cordel e da música sobre a Lei Maria da Penha. Então, é nosso parceiro no Instituto Maria da Penha. Desde o ano passado está levando esse projeto para escolas públicas do Piauí.

Mátria: E quais os resultados de iniciativas como essa?

Está sendo muito importante porque não é só a criança e o adolescente que têm que ser sensibilizados, o adulto também. Porque o adulto também não tem conhecimento. Porque, infelizmente, ainda existem histórias onde os professores chegam na sala de aula e dizem: os meninos podem ir para o recreio e as meninas fiquem na sala de aula para arrumar a sala para a próxima aula. Quer dizer, fazendo distinção de papéis, quando ambos têm a capacidade de fazer o mesmo, de arrumar.

Mátria: Essa distinção é cultural?

É a distinção de papéis, quando ambos têm a capacidade de cuidar de uma sala. A gente vê hoje em dia que os esportes masculinos, por exemplo, têm tido cada vez mais a participação de mulheres. Não existe nenhum lugar em que as mulheres não possam ser profissionais de sucesso, nem em postos antes destinados somente ao profissional do sexo masculino.

Mátria: A senhora acha que essa discussão do posicionamento das mulheres gera que resultados?

No momento em que há essa sensibilização, com certeza, esses alunos, embora convivam com a violência do pai com a mãe, já terão um outro pensar e já poderão - até dentro da sua ingenuidade - orientar o pai, chamando a atenção e dizendo que ele não pode fazer isso, porque pode ser preso.

Eu vejo que quando colocaram a questão do trânsito nas escolas, as crianças começaram a cobrar dos pais. A criança é muito aberta para consolidar esses ensinamentos. Então, as crianças que foram sensibilizadas com esse projeto da música e do cordel que eu citei, por exemplo, com certeza vão crescer diferentes dos outros que não tiveram a sensibilização.

Mátria: As mulheres hoje se sentem mais fortalecidas ou ainda têm muito receio em denunciar?

No momento em que uma cidade coloca suas políticas públicas para que a lei possa desenvolver o seu papel, as mulheres estão mais conscientes e tendem a tomar uma posição no caso de violência doméstica. A mulher também já toma consciência que não é somente a violência doméstica física, mas todos os tipos de violência, outros tipos de maus tratos que diminuem a autoestima da mulher e são muito preocupantes.

Mátria: Quais os outros tipos de violência que a lei engloba?

Todos os tipos de violência - a física, a psicológica, a moral, a patrimonial - que é aquela em que o homem quebra os utensílios de casa, quando o homem pega os

documentos da mulher e rasga para evitar que ela trabalhe, se ele pega as roupas da mulher e rasga etc. Para todos os tipos de violência a Lei Maria da Penha garante a penalidade necessária.

Mátria: Quanto à violência pela Internet?

Eu acredito que seja um tipo de violência, a moral - mas ainda não existe uma jurisprudência nesse sentido. Mas eu acho que pode ser perfeitamente englobada essa questão da violência na Internet, em *site*, denegrindo a imagem da mulher.

Mátria: E a estrutura pelo País, para atender às mulheres vitimizadas, existe?

Estamos mais para não termos estrutura. No município, como eu falei, o menor realmente é deses-

informar sobre onde buscar ajuda na cidade mais próxima da sua e o que fazer em relação à agressão, se tem medo do agressor.

Mátria: O 180 tem tido papel essencial?

Então, nesse caso, essa mulher precisa perguntar onde tem um centro de referência na sua cidade e ir até ele. Este centro de referência precisa estar preparado para atender à suas necessidades e tirar todas suas dúvidas quer seja na área psicológica, jurídica ou de assistência social. Porque, às vezes, a mulher quer sair e não tem para onde ir. Mas existem trabalhos muito interessantes nos centros de referência para ajudar justamente essa mulher. E é importante, porque no momento em que ela se fortalece, ela encontra os caminhos para sair daquela situação.

Mátria: O Brasil é ainda hoje um país essencialmente machista? E que papel a lei tem na desconstrução dessa cultura?

O nosso País é sim machista, a maioria dos homens é machista e mudar uma cultura é muito a longo prazo. Então, isso requer exatamente a comunicação correta, a informação e a parceria com entidades como a CNTE, que levam esclarecimento para vários municípios em vários cantos do País. É preciso estar atenta às informações divulgadas, ao 180 e procurar ajuda. Sempre procurar ajuda.

Mátria: O 180 aumentou o número de denúncia porque as mulheres estão com mais coragem para denunciar?

O nosso País é sim machista, a maioria dos homens é machista e mudar uma cultura é muito a longo prazo

truturado. No médio já existe o Ministério Público, que cria núcleos de atendimento à mulher e facilita ter onde buscar ajuda. A mesma coisa é em relação à Defensoria Pública. Agora, é muito importante destacar o número 180, que tem dado uma ajuda muito grande para quem precisa se

Quando a mulher encontra um meio para denunciar, isso ajuda. Se ela tem medo do agressor, onde ela vai denunciar? Daí a importância desses mecanismos.

Mátria: Qual sua avaliação sobre o tema violência contra a mulher no último Enem?

Eu fiquei muito feliz e agora a gente está vendo o desenrolar desse tema. Eu acho que houve vários raciocínios. Por exemplo, o aluno que não se interessou pelo tema e achava que era besteira, coisa de mulher etc. perdeu a chance de entrar numa universidade. Muita gente adorou o tema. Agora a gente está vendo também que foi uma válvula de escape para várias mulheres que viviam uma situação de violência e ali fizeram uma denúncia.

Mátria: Como a senhora avalia essas denúncias feitas por meio do Enem?

Isso revela ainda o número de mulheres que sofrem sem que se tenha conhecimento. Ali foi uma oportunidade de ela desabafar e mostrar a importância que tem essa lei regulamentada. Isso foi muito positivo. Aos que passaram e entraram na universidade, quem sabe, em alguns anos serão profissionais atendendo mulheres vítimas de violência – juízes, médicos, advogados – e que vão ajudar as mulheres da sua geração.

Mátria: A mulher precisa somente de um meio para denúncia e o Enem foi visto como uma oportunidade?

Eu estava no Recife, recebendo uma homenagem e uma moça veio

até mim, perguntou se eu era a Maria da Penha e disse: “A senhora viu que o tema do Enem hoje foi sobre a sua lei? Eu adorei porque eu tinha estudado”. Foi maravilhoso.

Quando a mulher encontra um meio para denunciar, isso ajuda. Se ela tem medo do agressor, onde ela vai denunciar?

Mátria: Como mais uma ferramenta, agora temos a Lei do Femicídio. Qual a sua avaliação?

É mais um avanço para punir de maneira eficaz um agressor que conseguiu matar sua mulher por questão de machismo. De qualquer maneira, o exemplo fica e na hora em que uma pena, que era muito pequena, é aumentada, reflete no machista que pensa em fazer a mesma coisa.

Uma coisa interessante foi o que o INSS fez. Se a mulher é vitimizada pelo agressor e o INSS paga sua aposentadoria, paga a educação das crianças órfãs em decorrência de violência doméstica. Esse gasto que o INSS tem será ressarcido pelo agressor. Isso já vai fazer com que ele sinta na prisão monetária, no bolso. Um trabalho que achei lindíssimo do INSS, abraçando essa causa dessa maneira.

Mátria: E daqui para frente, o que a senhora vislumbra?

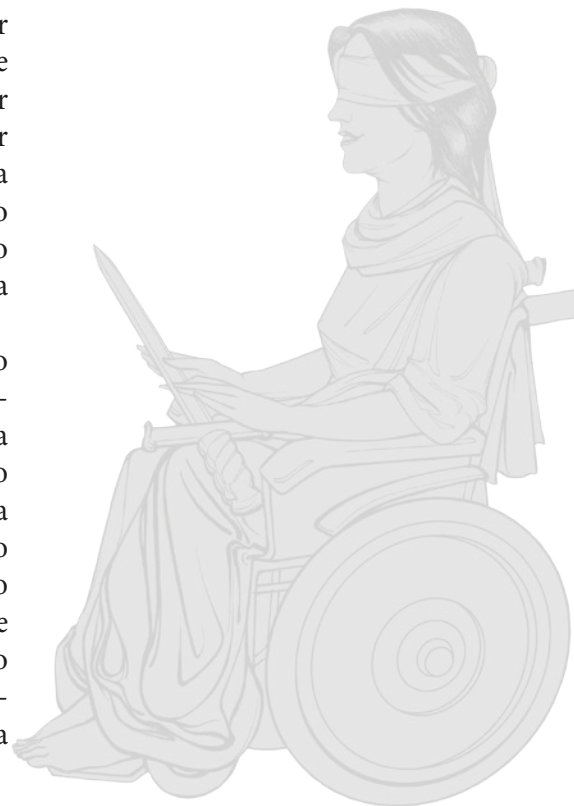
Quero continuar na luta e cada vez mais, através da educação, fazer com que as pessoas se conscientizem e não fiquem sendo violentadas sem tomar uma decisão que fará com que voltem a viver felizes.

Mátria: A senhora é uma otimista?

Eu luto por isso!

Mátria: Qual a mensagem que a senhora gostaria de passar para as mulheres?

Eu diria a todas as mulheres que temos essa lei que nos protege: procure sempre saber se perto da sua casa, da sua cidade, existe um juizado da mulher e, se deseja sair dessa situação, ligue 180 e se oriente.



Nota zero ao machismo

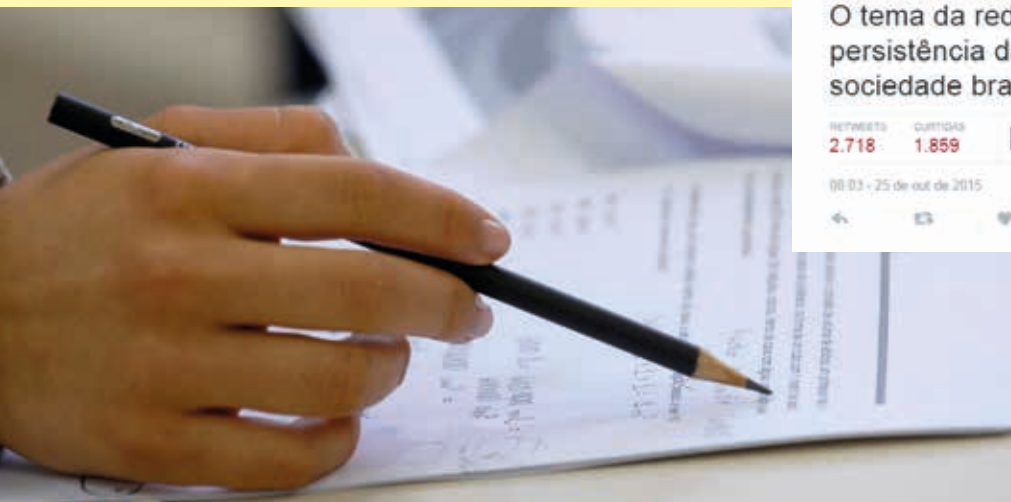
O tema escolhido para a redação do Enem 2015 foi “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. O assunto teve ampla repercussão na Internet: a divulgação do tema na conta do Inep na rede social *Twitter* obteve 2,7 mil retuítes e 1,9 mil curtidas e dezenas de comentários. Além de diversas críticas, *posts* irreverentes marcaram a repercussão, como o registrado na rede de Erika Paixão: “A frase ‘Machistas não passarão’ nunca fez tanto sentido!”. O site Lugar de Mulher - <http://lugardemulher.com.br/enem/> reuniu as principais pérolas feministas em relação ao tema no *Twitter*.

Na redação, o estudante foi chamado para analisar o problema e contribuir com uma proposta de intervenção, pensando em uma possível solução para a violência contra a mulher. Em outra questão, o Enem também trouxe a famosa frase da filósofa francesa Simone de Beauvoir – “Não se nasce mulher. Torna-se mulher”. Entre piadas e manifestações de apoio, diversos internautas criticaram os organizadores da prova por causa do viés feminista. Além de estudantes, deputados e líderes religiosos conservadores manifestaram sua opinião nas redes sociais, chamando o exame de “doutrinação”. O deputado Marco Feliciano escreveu em suas redes: “Doutrinação explícita sobre ideologia de gênero para 7 milhões de estudantes.

Vergonha”. Ele criticou o MEC e culpou “alguns infiltrados” por tentarem “incutir em mentes puras culturas estranhas aos nossos costumes e tradições”.

Em nota, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) parabenizou o Inep e o MEC pela condução da prova e destacou: “Dados científicos mostram inquestionavelmente que o tema da violência contra as mulheres no Brasil é urgente e requer conscientização e educação para sua superação”.

Além da prova - O Ministério da Educação divulgou que 55 mulheres aproveitaram o tema para escrever depoimentos sobre violências que sofreram ou de que tiveram conhecimento. Após a consulta ao Ministério Público, o MEC decidiu não entrar em contato diretamente com as estudantes que descreveram as agressões na redação para não colocar as vidas das candidatas em risco. Por isso decidiu publicar, em seu portal na Internet, orientações para que essas mulheres procurem os meios adequados para se defenderem. Segundo o ministro Aloísio Mercadante, o tema foi importante não só por levar mais de 5,8 milhões de participantes a refletir sobre a violência contra a mulher, mas para reforçar o combate a essa prática, que, só no ano passado, resultou em 634.862 denúncias ao Ligue 180.



Nas redes sociais a reação ao tema foi imediata

Desigualdade de gênero

Por Amanda Vieira

Quase dois anos após a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), pouco mais da metade das cidades brasileiras tem um plano local para o setor e nem todos os estados aprovaram planos de educação. Segundo levantamento da iniciativa "De Olho nos Planos", dos 22 estados que sancionaram seus Planos de Educação, 13 incluíram menções a questões relacionadas à gênero. A maior parte dos planos municipais de educação aprovados até 2015 trilhou caminho semelhante ao PNE e excluiu as temáticas específicas quanto à igualdade de gênero.

Apesar disso o debate continua vivo: "Não é porque não está explicitado nos planos que os programas [de igualdade de gênero] precisam ser interrompidos ou receber menos investimentos", avalia a coordenadora da área de educação da Ação Educativa, Denise Carreira, que também coordena o portal "De Olho nos Planos". Para ela, o Brasil tem uma base legal - ancorada na constituição, na Lei de Diretrizes e Base e na Lei Maria da Penha - que prevê educação sobre relações de gênero no currículo escolar. Além disso,

Foto: Gabriel Salignato



Estudantes de São Paulo fazem mobilização pela igualdade de gênero

explica Denise, o Brasil é signatário de uma normativa internacional que prevê gênero e sexualidade na educação.

Fundamentalismo – A socióloga e coordenadora da organização Geledés - Instituto da Mulher Negra, Suelaine Carneiro, relatou que em São Paulo (SP) houve um processo participativo muito forte na construção do Plano Municipal de Educação, envolvendo escolas, estudantes, familiares e ensino superior, prevendo a questão de gênero. No entanto, a mobilização não foi suficiente: "Os grupos fundamentalistas

- formados por uma bancada religiosa de várias correntes católicas e neopentecostais - atuaram na Câmara Municipal junto aos vereadores de maneira articulada. O lobby foi muito forte e eles aprovaram um plano genérico, sem especificar as discriminações, o que é um retrocesso", destacou Suelaine. Para a coordenadora do Geledés, é preciso continuar lutando pelos compromissos do governo brasileiro no combate as desigualdades na educação: "Falar em gênero significa abordar o direito à identidade de gênero e também significa combater

as diferenças entre homens e mulheres, a violência de meninos contra meninas, a violência que sofrem os gays e transexuais, o racismo e demais violências e desigualdades presentes no ambiente escolar”.

Resistência – O município de Farroupilha (RS) foi um dos poucos que conseguiram aprovar a questão de gênero no Plano Municipal de Educação. A presidente do Conselho Municipal de Educação, Deise Noro, atribui esse resultado a uma forte mobilização, que continua até hoje: “O plano foi à votação em audiência pública, passou tranquilamente e teve aprovação do prefeito. E isso revoltou algumas pessoas que fizeram, nas redes sociais, manifestações contrárias à ideologia de gênero. E aí fizeram um projeto de lei para acabar com a inclusão de gênero no Plano e nós precisamos nos movimentar”, registrou. Para barrar o retrocesso, os ativistas se mobilizaram por meio das redes sociais e de aplicativos como ‘WhatsApp’ e conseguiram manter a questão de gênero no plano de educação do município.

Deise Noro avalia que o discurso em defesa dos direitos humanos também foi um fator importante para a vitória: “Nunca levamos a inclusão de gênero como defesa LGBT – heterossexuais contra homossexuais – e

PLANOS DE EDUCAÇÃO

igualdade de
GÊNERO
SIM!

discriminação
NÃO!



Foto: Divulgação



sim como defesa dos direitos humanos. E aí tivemos um grande ganho: o debate foi manter o respeito em relação à orientação sexual e identidade de gênero”, pontuou. “Nós repetimos inúmeras vezes que se nós defendíamos índios, negros, quilombolas e deficientes, então nós defendíamos também a orientação sexual e a identidade; por isso não poderíamos colocar em outros termos no plano porque daí sim seria discriminação”, concluiu Deise.

Formação – No que depender dos ativistas, o debate sobre gênero vai continuar vivo: diversos movimentos em todo o País estão fomentando grupos de estudo de gênero para melhorar a formação dos profissionais, o entendimento social e, principalmente, a aceitação e o acolhimento dos alunos homossexuais, transexuais e transgêneros.

Deise Noro comemora aprovação da questão de gênero no Plano Municipal de Educação do município de Farroupilha

Comitê Genérico

No dia 9 de setembro de 2015, o Ministério da Educação (MEC) publicou a portaria que criou o Comitê de Gênero, que inicialmente se propôs a atender a necessidade de enfrentar as desigualdades de gênero; a adotar conteúdos curriculares que contemplem e respeitem as diversidades relativas a gênero; e a promover os direitos relacionados às questões de gênero e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência. A iniciativa durou 12 dias, quando o MEC publicou nova portaria que excluiu a palavra “gênero” do documento, tornou o texto mais genérico e mudou o nome para “Comitê de Combate à Discriminação”.

Os trechos que se referiam aos direitos relacionados às questões de gênero foram substituídos por termos como “políticas públicas de combate à temática em referência”. Segundo o MEC, a mudança teve como objetivo combater ‘toda sorte de discriminação’. A explicação do ministério, no entanto, não convenceu os movimentos sociais que lutam por uma educação mais inclusiva. O coordenador geral da Campanha Nacional pelo

Direito à Educação, Daniel Cara, alertou em seu *blog*: “Ao transformar o Comitê de Gênero em uma esfera dedicada ao combate a todas as discriminações, corre-se o risco de promover medidas e orientações vagas, imprecisas e inócuas”. Na avaliação do ativista, o governo “enfrentará agora um clima de cerceamento, gerado pelo receio de críticas e pressões às suas iniciativas, oriundas dos setores mais conservadores da sociedade”.

Logo após a mudança do nome do Comitê, o deputado federal (PSOL/RJ) e ativista LGBT

Jean Wyllys publicou, em seu perfil oficial do *Facebook*,

severa crítica ao retrocesso do MEC: “Uma

portaria criando um comitê de gênero

no MEC tinha sido publicada.

Nada demais.

Isso que em qualquer país

civilizado é apenas o

básico. Mas a pressão

chegou, os fundamentalistas

foram reclamar no

Palácio e o governo,

mais uma vez, ordenou

recuar, ironicamente, dias

depois de a Presidenta publicar um vídeo em

suas redes afirmando que seu governo continuará combatendo a homofobia e a violência contra a mulher”, desabafou.



Um nome para chamar de seu

Cresce o número de transexuais que usam o nome social no Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é realizado há 16 anos. Mas só em 2014 foi permitido ao candidato o uso do nome social. Em 2015, o número de pessoas que se beneficiaram com a mudança aumentou em 172%, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As inscrições subiram de 102, na edição de 2014, para 278 em 2015. A medida foi comemorada por diversas organizações do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, e Transgêneros (LGBTs), que continuam cobrando o aperfeiçoamento dessa política na prática.

Avanço - A transexual paranaense Rafaelly Wiest (foto), presidente do Transgrupo Marcela Prado e diretora executiva da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), prestou o Enem por três anos (em 2013, 2014 e 2015). Ela relata que em 2013, quando a política do uso social ainda não existia, sofreu constrangimentos no local da prova por ser obrigada a usar o nome de registro masculino: "O fiscal olhou pra mim, achou que eu estava na sala errada, leu o nome do meu RG, e logo me tornei alvo de piadas", relembra Rafaelly. Como diretora da ABGLT, ela teve oportunidade de conversar com o então presidente do Inep, Luiz Cláudio da Costa, e cobrar mudanças: "O senhor está aqui me recebendo como Rafaelly, mas na prova do Enem eu fui tratada com meu nome do RG". Na ocasião ele se comprometeu a modificar o sistema e, no ano seguinte, o Inep contemplou a demanda.

Necessidade de aperfeiçoamento - Apesar do avanço, em 2015 Rafaelly teve outra experiência negativa. Ela conseguiu na justiça a retificação de seu nome em seus documentos oficiais (RG e CPF). Mas no momento da inscrição no Enem, a decisão judicial ainda não

Foto: Divulgação



havia saído – ela só foi efetivada perto da data da prova. A ativista então ligou para o telefone de contato do Inep para retificar sua inscrição com o seu nome Rafaelly Wiest, direito então reconhecido pela Justiça. No entanto, o Inep não considerou a decisão e continuou exigindo o nome de nascimento. Por isso, Rafaelly entrou com um mandado judicial para fazer a prova e hoje está movendo uma ação contra o Inep e o MEC por ter passado por mais esse constrangimento.

Boa notícia - Aos 28 anos, a travesti Amanda Palha foi aprovada em primeiro lugar pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Amanda não chegou a usar o nome social na inscrição para o Enem, mas isso não foi impeditivo de ser tratada pelo nome social e gênero correto enquanto a prova era aplicada. Para Amanda, sua aprovação no vestibular é uma vitória pontual: "O que faz diferença é o que a gente realiza dentro do espaço. Agora começa a batalha de verdade. E, talvez, outras vitórias venham. Por enquanto, é o começo de um trajeto."

Mulheres unidas e imbatíveis

Rede de Trabalhadoras em Educação contribui para a inclusão de políticas de gênero na agenda sindical

Roberto Leão, : a luta pela paridade deve ser feita por homens e mulheres

Por **Kátuscia Sotomayor**
e **Jordana Mercado**



No final de 2015, em San Jose, na Costa Rica, cerca de 250 mulheres de vários países conversaram sobre a importância de ações afirmativas na luta por direitos e o papel do movimento sindical no continente latino-americano. Os debates do Encontro Regional da Rede de Trabalhadoras em Educação da Internacional da Educação da América Latina (IEAL) serviram para revelar a força da participação feminina na liderança interna dos sindicatos e na promoção das políticas de gênero na agenda sindical.

Há 10 anos, a Rede busca estruturar a construção dos debates sobre a questão de gênero a partir do conhecimento das políticas de equidade e igualdade, implementadas pelas Centrais Sindicais e pelos Governos nas diferentes regiões do continente.

A secretária de relações internacionais da CNTE e vice-presidente da IEAL, Fátima Silva, fez um resgate histórico dessa década de atuação da Rede de Mulheres, falando das primeiras reuniões, das companheiras que se empenharam para construir

esse projeto e de processos importantes como os que aconteceram no Brasil e no Peru, em que as políticas de Estado foram debatidas passando por assuntos polêmicos como fé e religião. “A equidade de gênero continua sendo nossa agenda permanente. Já avançamos muito, mas novos desafios se apresentam com os ataques sistemáticos de grupos conservadores que tentam reverter direitos históricos das mulheres”, disse.

Para Roberto Leão, presidente da CNTE e vice-presidente mundial pela América Latina da Internacional da Educação (IE) - central formada por 400 entidades que representam 32,5 milhões de educadores -, é preciso dialogar constantemente sobre política sindical numa perspectiva de poder, gênero e paridade: “É importante que nossas políticas sejam construídas com todo o valor que o olhar e o trabalho das mulheres nos trazem. Nossa luta tem que ser feita por homens e mulheres, lado a lado, pois não haverá uma pedagogia libertadora enquanto isso não for realidade. Essa é a contribuição que a Rede de Mulheres tem trazido ao longo desses 10 anos de trabalho”.

Durante o último encontro, foram divulgados resultados preliminares de duas pesquisas, que demonstram quais foram as contribuições feitas pela Rede de Trabalhadoras da Educação da Internacional de Educação desde 2005, quando foi criada, e devem nortear o trabalho para o próximo período.

A avaliação dos 10 anos de atuação da Rede foi realizada pelos pesquisadores da UBORA (Espanha), e a CNTE teve participação ativa no desenvolvimento desse trabalho,

inclusive integrando o grupo focal. Além do Brasil, a pesquisa foi conduzida na Argentina, na Bolívia, na Colômbia, em Honduras e em El Salvador, avaliando a contribuição da Rede para mudanças tangíveis nas políticas de gênero.

As informações coletadas apontaram a evolução do trabalho da Rede e as maiores contribuições aos sindicatos: mais participação de mulheres nas áreas de liderança e na promoção de políticas de gênero na agenda dos sindicatos, favorecendo a conquista de espaços importantes para atuação das mulheres.

A segunda pesquisa trata sobre a participação sindical na construção de políticas públicas de igualdade e inclui as áreas de representação em cargos públicos, prevenção e erradicação da violência contra as mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, condições de trabalho e políticas educativas. As primeiras conclusões apontam que, nos países com governos democráticos, os sindicatos avançaram no reconhecimento de direitos. Nos países com governos conservadores, e onde os sindicatos não possuem uma cultura de participação na vida política, os avanços foram muito menores.

Igualdade de gênero dentro dos sindicatos

O avanço dos direitos das mulheres e meninas na educação também foi discutido durante o 7º Congresso Internacional da Educação em Ottawa, no Canadá, no mês de julho. A CNTE participou do evento, o maior congresso de educadores sindicalistas do mundo, que reuniu mais de 1700 representantes de 170 países e aprovou as

políticas e estratégias que a organização vai assumir nos próximos anos para defender uma educação pública de qualidade para todos, nos cinco continentes.

Fortalecer o papel feminino nos altos cargos dos sindicatos foi uma das prioridades apontadas pelos educadores, que debateram as metas do plano de ação de igualdade de gênero da Internacional da Educação. Além de promover a paridade dentro dos sindicatos, com representação proporcional em todas as organizações filiadas, com estratégias que vão da capacitação ao recrutamento de novas lideranças, o objetivo é garantir acesso à educação para meninas e o empoderamento econômico das mulheres.

Entre as estratégias apresentadas para acelerar o processo de paridade nos sindicatos estão a adoção de um sistema de cotas de gênero, a criação de comitês de mulheres ou de igualdade e a definição formal de uma política da entidade. Os resultados das discussões do Congresso estão à disposição na Internet, em <http://bit.ly/1LRsMqZ>.

No Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical da América Latina com cerca de 4 mil entidades filiadas, é primeira a adotar paridade integral de gênero em todas as estruturas executivas. A implementação da divisão igualitária de homens e mulheres nos cargos nas 27 instâncias regionais e na Executiva Nacional foi anunciada durante o 12º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (Concut), em outubro.

Elas roubaram a cena

Num ano de puro protagonismo feminino, 2015 revelou-se especial para as mulheres: fruto do posicionamento da população feminina que foi para as ruas, invadiu os espaços virtuais e lançou questões nos meios de comunicação. Cada vez mais se ouviu falar em “novo feminismo” ou “quarta onda do feminismo”.

Na rede mundial as *hashtags* se multiplicaram e alcançaram os *toptrendings* (mais replicados). Campanhas como #PrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉqueSãoElas se espalharam pela rede provocaram uma onda de reflexão e discussão sobre temas como assédio, abuso, comportamentos e discursos machistas de amigos, namorados, familiares e conhecidos.

Em âmbito nacional, o Movimento ElesPorElas (*HeForShe*), criado pela ONU Mulheres, em 2014, ganhou força, envolvendo homens na remoção das barreiras sociais e culturais contra as mulheres, e ainda auxiliando homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade.

Em abril de 2015, a ONU divulgou o relatório Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as Economias para Realizar os Direitos. A pesquisa constatou uma realidade: as mulheres fazem quase duas vezes e meia mais trabalho doméstico e de cuidados de outras pessoas não remunerados do que os homens e, no mundo, em média, os salários das mulheres são 24% menores que os dos homens na mesma função.

A situação da mulher por todo o mundo, os avanços, as lutas e as conquistas alcançadas em vários setores foram assunto de várias conversas que a Revista *Mátria* registrou com mulheres educadoras, de diferentes países, durante o 7º Congresso Internacional da Educação, em Otawa, no Canadá, com o tema “Unidos pela Qualidade da Educação - Educação melhor para um mundo melhor”. Todas apontam a violência contra a mulher como uma das maiores mazelas da sociedade atual. Acompanhe o que elas disseram:

Professora de química por mais de 20 anos, **Ângela** se filiou ao sindicato local em 1994. No Sri-Lanka, a educação é gratuita desde 1945, antes mesmo de o país se tornar independente, em 1948. Foi o primeiro a ter uma primeira ministra mulher e é comum que elas ocupem cargos de liderança. A presidente do Sri Lanka, por exemplo, é mulher: “Apesar de ser uma sociedade patriarcal, as mulheres sempre estiveram no comando”, brinca a educadora.

Na avaliação dela, a educação gratuita ajuda as mulheres na luta pela igualdade de gênero, mas o maior desafio é diminuir a pobreza: “Ainda hoje a opção pela educação é para os meninos. As meninas ficam em casa para cuidar dos afazeres domésticos e ficam sujeitas à exploração e à violência”. Ela destaca ainda as leis “muito fortes” de proteção à criança, mas pontua que o país e a população enfrentam “o problema da implementação”. Segundo Ângela, “os sindicatos estão muito preocupados a respeito disso e temos que nos unir para pressionar o governo pela implementação dessas leis”. A educadora acrescenta ainda que “ter a lei, entretando, não irá resolver o problema. É preciso erradicar a pobreza. Esse é um dos nossos desafios”, explica.

Marième aderiu ao sindicalismo ainda durante sua formação como professora de matemática, na década de 1980. Segundo ela, no Senegal “como por toda parte da África e do mundo, as mulheres são maioria, mas à medida que nós avançamos na hierarquia profissional, o número de mulheres em cargos de relevância diminui”, lamenta.

No sindicato, igualmente, não há grande número de militantes mulheres ativas, o que faz com que, em muitos casos, não sejam numerosas nos postos de decisão. Para mudar isso, foi criado um comitê de mulheres na entidade.

De acordo com ela, a violência impacta diretamente na educação das jovens. “O matrimônio precoce se constitui em uma forma de violência e, na escola, professores que não são bem formados agem com violência contra as mulheres. Meu sindicato se forçou a desenvolver um programa de formação dos educadores e de sensibilização contra a violência na vida escolar”, relata.



ANGELA WIJESINGHE, Sri-Lanka
Secretária geral
All Ceylon Union of Teachers (ACUT)



MARIÈME SAKHO DANSOKHO, Senegal
Secretaria Geral
Syndicat Des Professeurs Du Sénégal (Sypros)

“Para promover a igualdade de gênero, devemos trabalhar a formação de homens e mulheres, como pessoas. É preciso integrar essa dimensão de igualdade na formação, investindo em sistema de cotas e em políticas de paridade, garantindo a importância do papel da mulher no movimento sindical e dando a ela confiança em si mesma por meio de formação. Precisamos ser solidários. Assim podemos conseguir coisas melhores para todos”, acredita a educadora.

A professora de matemática **Francisca** é filiada há 25 anos ao maior sindicato militante e progressivo de professores nas Filipinas, que tem cerca de 14 mil membros.

Lá, as professoras são mães trabalhadoras que, na maioria das vezes, conciliam o trabalho na escola com o cuidado doméstico. “Por causa das condições de pobreza dos filipinos, as mulheres têm que trabalhar para alimentar a família. Precisam ter alguma ocupação profissional e ajudar também com o desenvolvimento da sociedade”, avalia.

Francisca esclarece que há, no país, leis de garantia aos direitos das mulheres, principalmente como mãe, porém muitas não estão implementadas: “Ainda temos de lutar pela condição básica da igualdade (entre homens, mulheres e pessoas com preferências de gênero diferentes), apesar das leis que deveriam proteger de assédio sexual e de outras violências, por exemplo”.

Na educação, Francisca lembra que a maioria das crianças vão para a escola, mas um número significativo está fora: “Também por causa da condição social e econômica das famílias e de nosso povo. Muitas crianças são, portanto, forçadas a trabalhar”.

Embora a educação, especialmente, a básica, seja compulsória e gratuita, ela explica que a conta termina alta para os pais, que pagam por transporte, uniforme e material didático. “Outro problema nas escolas públicas é a falta de professores e as salas de aula muito cheias”, conta.

A federação à qual a professora e ex-diretora de um centro educativo **Elbia** pertence tem mais de 20 mil filiados no



FRANCISCA CASTRO, Filipinas
Secretaria Geral
Alliance of Concerned Teachers - Philippines (ACT)



ELBIA PEREIRA, Uruguai
Secretária Geral
Federación Uruguaya de Magisterio - Trabajadores de Educación Primaria (FUM-TEP)

Uruguai, entre docentes e funcionários, e está completando 70 anos. Com 53 anos, ela começou na vida sindical muito jovem, no interior do país: “A ação sindical era diferente, uma vez que tudo estava concentrado na capital, o que tornava a situação muito difícil no interior, principalmente para a mulher. Tive muito mais limitações do que os homens”, explica.

Segundo ela, a jovem uruguaia possui hoje um perfil muito mais de desenvolvimento pessoal, profissional, do que o de ser mãe. “A mulher uruguaia é basicamente uma empreendedora, que alcança o que se propõe. Com o crescimento profissional e pessoal, ela vai além do que era antes: mulher de fulano, esposa de cicrano. Hoje em dia é um orgulho poder dizer que as mulheres têm seu próprio papel dentro da sociedade sem precisar estar vinculadas ao marido”, comemora.

Entretanto, a violência de gênero continua presente: “Apesar dos avanços nas políticas públicas, persistem os casos de violência doméstica, com base no posicionamento da mulher dentro da relação e no item econômico. Algumas ainda pensam que não podem responder por elas mesmas se não estiverem ligadas a alguém e isso muitas vezes gera a violência doméstica”.

Dentro da federação, o desafio é estimular a participação das mulheres. Elbia conta que a federação tem atuação ampla e aborda o tema das trabalhadoras domésticas: “Avançamos quanto a seus direitos, como trabalhadoras e como mulheres. Estamos saindo de nosso universo e ingressando no trabalho como um todo”, anima-se.

Nascida e criada na Tasmânia, Austrália, **Jane**, mudou-se para o Canadá, onde formou-se professora. Trabalhou com alunos do jardim de infância e tornou-se militante do sindicato local. Passou a trabalhar com crianças especiais e implantou o que virou o principal projeto de sua carreira: viabilizar programas para estudantes no ensino médio com diferentes necessidades de aprendizado.

Como secretária geral adjunta da Internacional da Educação, foi responsável pela realização da primeira Conferência voltada para as mulheres. “Não foi fácil”, conta. A Conferência ocorreu em 2011 em Bancoque, Tailândia e precedeu o 6º Congresso Mundial, realizado na África do Sul. “As pessoas me disseram que foi um sucesso. Uma mulher da Austrália me disse que foi o melhor congresso que ela já havia estado. Fiquei muito feliz, porque não fui somente eu. Não foi um evento de um tiro só. A conferência foi parte do processo de construção e de conexão”, diz.

Como resultado, foi elaborado um plano de ação na Internacional da Educação e a igualdade de gênero foi institucionalizada como política mundial da entidade. Jane reconhece os avanços obtidos em relação à questão de gênero não só no Canadá, mas por todo o mundo, mas faz a ressalva de que “não é o suficiente e alguns dos desafios são os de sempre, como criar condições para que as meninas, com amplas chances de acesso, possam continuar sua educação e ter perspectivas que não seja casar ou ter filhos”, diz.

No Canadá, segundo ela, as mulheres têm mais formação do que os homens, mas no campo do trabalho, a lacuna de igualdade salarial de gêneros cresceu de 11% para 20%. “Mesmo num país onde temos os melhores programas e leis ainda persiste a desigualdade”, lamenta. Jane ressalta que de todos os problemas, “nenhum supera a violência contra as mulheres”.



JANE EASTMAN, Austrália/Canadá

Mais participação e poder para as mulheres

A 4ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM) será realizada no mês de maio de 2016. Os participantes debaterão o tema “Mais direitos, participação e poder para as Mulheres”. O desafio é fazer com que as políticas públicas de igualdade para as mulheres sejam efetivas nas 27 Unidades da Federação e que as mulheres passem a ocupar mais espaços de poder.

As brasileiras estão participando cada vez mais das conferências: de acordo com dados da comissão organizadora, a etapa municipal mobilizou mais de 2 mil dos 5.570 municípios brasileiros. Houve um aumento de quase 50% em relação à 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2011, quando 1,2 mil localidades se envolveram em conferências na etapa municipal. Além disso, foram realizadas dezenas de conferências livres (que discutem os eixos da Conferência, mas não tiram delegadas) e consultas nacionais para grupos de mulheres quilombolas, de matriz africana, indígenas, transexuais e ciganas.

Na avaliação da coordenadora executiva da 4ª CNPM, Rosali Scalabrin, esse crescimento ocorreu pelo fortalecimento das políticas para as mulheres: “Quando da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres eram menos de 20, hoje são mais de 700 municípios com organismos responsáveis pelas políticas para as mulheres e secretarias ou coordenadorias para as mulheres em todas as 27 Unidades da Federação”, destacou Rosali, que também é Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM/Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Ela apontou que a partir do processo da 4ª CNPM, está havendo reativação e criação de diferentes Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e organismos governamentais de políticas para as mulheres.

Legado das conferências anteriores

- A coordenadora relatou que várias das reivindicações propostas nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres foram sendo implementadas e citou como exemplos a PEC das Trabalhadoras Domésticas, a criação de um serviço de central telefônica para atendimento às mulheres vítimas de violência e a Lei do Feminicídio, que alterou o Código Penal, incluindo entre os crimes hediondos o assassinato de mulheres por razões de gênero.

Desafios da conferência

- O Sistema Nacional de Política para as Mulheres é um dos eixos da 4ª CNPM. Para Rosali Scalabrin, esse tema tem sido objeto de bastante interesse e destaca: “Esse Sistema integrará de forma mais efetiva as políticas desenvolvidas nos municípios, nos estados e no âmbito federal, facilitando também o repasse de recursos”. Os participantes da Conferência debaterão outros três eixos: Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades; Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal; e Sistema político com participação das mulheres e igualdade.



Foto: www.shutterstock.com



Carmen Foro

Vice-presidenta da CUT

O que muda com a paridade na CUT

Desde a sua fundação, em 1983, a CUT tem sua história marcada pelo compromisso com a construção da democracia e com a luta pela superação do modelo sindical corporativo, machista e dependente do Estado. Vislumbrando a construção de um novo jeito de fazer sindicalismo, as mulheres sempre fizeram, e fazem, parte da luta e organização dos trabalhadores e das trabalhadoras pela redemocratização do Brasil.

Ao longo dos anos, a presença organizada das mulheres foi fundamental para consolidar a CUT como uma Central representativa e protagonista em todos os processos políticos do nosso País. Da construção das oposições sindicais até as greves gerais dos anos 1980 e o processo Constituinte, em que se conquistaram importantes direitos para os trabalhadores e as trabalhadoras na sua diversidade, as mulheres sempre estiveram presentes escrevendo sua história de lutas e conquistas.

A participação da mulher no sindicalismo cutista possibilitou repensar a política sindical, de modo que este incorporasse também a luta e as demandas das mulheres. A auto organização das mulheres em nossa Central e a atuação à frente de várias secretarias serviu de base para que as mulheres conseguissem mobilizar esforços e fortalecer o debate acerca da condução paritária da CUT.

A paridade de gênero na direção da CUT, aprovada no 11º Congresso Nacional da CUT (CONCUT) de 2012, com a democratização do

poder representativo e maior participação das mulheres nas decisões da Central, é mais que um número, é uma política.

Assim, se configurou uma estratégia política e organizativa muito importante das e para as mulheres. Os caminhos trilhados possibilitam a participação igualitária de homens e mulheres nos postos de direção, cargos políticos e de representação, sendo esta participação igualitária uma questão de justiça social e de qualidade da democracia interna.

Com a paridade, se sustenta o princípio de justiça democrática de modo que o sexo não seja critério para discriminar as mulheres no acesso ao poder político uma vez que não é natural nas direções políticas e nas instâncias de poder e decisão, onde existe predominância de homens. A conquista e a implementação da paridade no 12º CONCUT, em 2015, significam mudar a conformação das estruturas de poder e democratizar as práticas políticas.

Aplicar o princípio da paridade significa garantir que as mulheres tenham o mesmo acesso ao poder político em todos os seus níveis, a começar pela própria organização sindical, garantindo que elas estejam representadas da mesma maneira que os homens em todos os âmbitos da vida social, econômica e cultural.

Buscamos ainda, incorporar a questão da igualdade e fortalecer a prática antidiscriminação na agenda política, pois se as mulheres estiverem presentes nos espaços de direção, avançamos mais rapidamente no



Aplicar o princípio da paridade significa garantir que as mulheres tenham o mesmo acesso ao poder político em todos os seus níveis



reconhecimento das desigualdades de gênero e na elaboração de propostas para superar as iniquidades existentes no mundo do trabalho como, por exemplo, salários mais baixos, ausência de determinados direitos, como direito a salário maternidade, acesso a creche, direito ao tempo para amamentar e a subvalorização dos trabalhos realizados pelas mulheres no mundo sindical.

Com a paridade, as mulheres no movimento sindical de forma igualitária, tudo muda, pois, apesar de haver homens solidários e companheiros na defesa da pauta das mulheres, que se empenham em incluir e defender as propostas nas negociações coletivas que impactam diretamente as mulheres, são elas que têm a autoridade política e a legitimidade enquanto sujeito histórico para explicitar e dar voz às suas próprias demandas.

A paridade, como estratégia política, altera a lógica do exercício do poder representativo nas direções estaduais e nacional da CUT. Essa mudança vai além dos números, e precisa de ações concretas para sua real implementação. É necessário que as mulheres tenham condições para exercerem seus mandatos. Isso significa, entre outros, liberação, garantia de infraestrutura para desempenhar seu papel político e participação nas mesas de negociação.

Ela provoca uma discussão na sociedade sobre o que é a desigualdade entre homens e mulheres e sobre o que fazer para superá-la, além de promover a consciência da necessidade de alterar as relações cotidianas, que ainda são marcadas por um forte viés patriarcal e machista, que subjugam a capacidade das mulheres.

Com o exercício democrático e paritário, os/as sindicalistas terão o desafio de mudar essa realidade, praticando, no seu dia a dia, a divisão de tarefas domésticas e compartilhamento das responsabilidades pelos cuidados com os/as dependentes e aprofundar o debate pela melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho.

A paridade como estratégia política busca alterar as condições de desigualdades entre homens e mulheres e acrescentar ao debate interno temas como: a luta pela implementação das políticas públicas, o direito a creches públicas, lavanderias coletivas e ampliação do direito a licença paternidade, além de promover o debate com relação à mudança nos horários de trabalho e à redução da jornada de trabalho, de modo a contribuir para a inclusão das mulheres de forma igualitária.

A participação da mulher de forma paritária possibilita a garantia da transversalidade de gênero em todas as políticas, atividades e espaços da CUT, reafirmando, assim, o conjunto das demandas da classe trabalhadora. Com isso, será possível exercer a representação sindical com foco no desenvolvimento de um país mais justo, com geração de renda, valorização do trabalho, autonomia e liberdade sindical com a participação igualitária de mulheres e homens.

O cumprimento da paridade na CUT nacional e nas CUTs estaduais significa um reflexo absolutamente positivo nos sindicatos, nos ramos e em várias categorias, o que representa maior presença e qualificação, porque não existe possibilidade de aprender a fazer política se não for fazendo política. É fazendo política, é estando na militância e dirigindo os sindicatos, dirigindo as centrais, dirigindo importantes ramos e importantes categorias que vamos fazer com que esses 32 anos de acúmulo nos dê a possibilidade de fazer da CUT uma outra CUT.

Só se cresce fazendo e quanto mais mulheres estiverem no movimento sindical, mais teremos possibilidade de trazer para dentro do movimento históricas bandeiras das mulheres que só estarão incluídas na pauta geral da classe trabalhadora se nós estivermos presentes.

A atualidade do feminismo e a dimensão estratégica da concepção emancipacionista



Olgamir Amancia Ferreira de Paiva

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Professora Adjunta da Universidade de Brasília – FUP/UnB. Orientadora no Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPPGeR) – FE/UnB. Membro da União Brasileira de Mulheres - UBM.

Nos debates cotidianos é comum ouvirmos afirmações acerca do quão ultrapassado estaria o discurso feminista, tendo em vista a presença das mulheres nos diferentes espaços da produção econômica e social, as conquistas alcançadas, como o acesso à educação, o direito ao voto e à representação política, a incorporação do conceito de gênero na proposição e formulação de políticas públicas, a criminalização da violência contra mulheres especialmente a partir da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), dentre outras.

É fato que as últimas décadas testemunharam o crescimento da presença das mulheres em espaços sociais que anteriormente estariam fora do seu alcance, assim como a proposição e implantação de políticas voltadas para a garantia dos direitos humanos das mulheres. Entretanto, um olhar mais acurado nos permite identificar que para ocupar estes espaços das mulheres é demandado um esforço muito maior que aquele que se demandaria dos homens e que por mais que se tenha avançado em relação à inclusão das mulheres, a estrutura do Estado brasileiro e as instituições sociais, em geral, continuam permeadas pelos valores culturais do patriarcado. Valores que na sociedade capitalista são utilizados para potencializar a inserção subordinada das mulheres ao processo produtivo, reforçando a sua condição subalterna e com isso “rebaixar o valor da força de trabalho como um todo e ampliar a taxa de lucro” (PCdoB, 2007, p.16). Ou seja, valores utilizados pelos ideólogos burgueses como recursos para falsear o processo de dominação e exploração constituindo-se em substrato para potencializar ainda mais a sua margem de lucros. Nesse movimento terminam por envolver homens e mulheres em uma rede de informações que naturaliza a subordinação das mulheres e se constituem em obstáculo à emancipação feminina.

Diferente do que se percebe numa visão aligeirada, os dados¹ revelam a condição subordinada das mulheres na sociedade em que vivemos. As mulheres são mais de 51% da população, representam o maior contingente entre os universitários de 18 a 24 anos de idade, que proporcionalmente supera em 14,1 pontos percentuais os homens, representando 57,1% do total de estudantes que frequentam o ensino superior nessa faixa etária.

Importa lembrar que o acesso das mulheres à educação na sociedade brasileira foi postergado por longo tempo, de forma que a sua inserção na educação formal só foi possível a partir de 1827. Ainda assim, numa escola cujo currículo era diferenciado, destinando às mulheres, com acesso a conhecimentos elementares voltados, em geral, para o mundo privado da casa e da família.

No mundo do trabalho também a presença das mulheres se torna cada vez mais evidente, elas participam no mercado de trabalho com indicadores na ordem de 54,6%, entretanto, persistem ganhando aproximadamente 30% menos que os homens para desenvolver a mesma função e são minoria no trabalho remunerado formal, ainda que tenha havido um incremento de 6,7% na última década. Segundo o IBGE (Relatório das Estatísticas de Gênero, p.107), apesar da superioridade escolar feminina, os resultados no mercado de trabalho não favorecem as mulheres, tendo em vista que,

as áreas gerais de formação nas quais as mulheres de 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção, isto é, Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%), são justamente aquelas que registram os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas (R\$ 1 810,50 e R\$ 2 223,90, respectivamente), independentemente do setor onde essas pessoas trabalhem. Além disso, o rendimento feminino não se iguala ao masculino em nenhuma das áreas gerais (...). Esse diferencial se mantém mesmo quando a proporção de mulheres se torna equivalente à dos homens, como na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, em que as mulheres recebiam apenas 66,3% do rendimento dos homens (IBGE, 2014)

Segundo Bandeira e Melo (2010,p.34), “a elevação da participação feminina no mercado de trabalho foi uma das mais significativas mudanças na trajetória das mulheres nos últimos quarenta anos, mas ainda permanecem, no espaço social do trabalho, discriminações e desigualdades”. Desta compreensão depreendem-se as contradições advindas da inserção da mulher no mundo trabalho que, ao tempo que reafirma a subordinação feminina, responde pela construção de uma nova identidade social e psicológica para a mulher. Segundo Kolontai

a imensa transformação que sofreram as condições de produção no transcurso dos últimos anos, (...) obrigou também a mulher a adaptar-se às novas condições criadas pela realidade que a envolve. O tipo fundamental da mulher está em relação direta com o grau histórico do desenvolvimento econômico por que atravessa a humanidade. Ao mesmo tempo em que se experimenta uma transformação das condições econômicas, simultaneamente à evolução das relações de produção, experimenta-se a mudança no aspecto psicológico da mulher. A mulher moderna, como tipo, não poderia aparecer a não ser com o aumento quantitativo da força de trabalho feminino assalariado (2011,p.15).

1 Censo demográfico 2010, IBGE.

Outro aspecto a ser destacado na construção do perfil das mulheres é que estas acumulam a dupla jornada de trabalho, gastam cerca de 25 horas semanais com tarefas domésticas e têm presença reduzida nos cargos de decisão (apenas 5%). A sub-representação também permanece nos executivos e parlamentos municipais, estaduais ou na Câmara e Senado Federal. No caso específico do Congresso Nacional, as mulheres ocupam pouco mais que 10% das cadeiras parlamentares. Quando se trata do trabalho doméstico, reconhecidamente desvalorizado, pois se realiza no espaço privado, aí sim, as mulheres assumem grande representatividade (92%)².

Nesse sentido, pode se afirmar que ainda que se reconheçam os avanços alcançados pelos movimentos feministas e de mulheres muito há que ser feito para que a desigualdade de gênero faça, de fato, parte do passado na história brasileira. As mulheres têm presença reduzida nos espaços de gestão, planejamento e de decisão política ou seja, há uma evidente sub-representação das mulheres nos espaços de poder. Os dados explicitam a condição desigual das mulheres no Brasil, desigualdade histórica naturalizada nas relações sociais, invisibilizada nas estruturas públicas e privadas.

A reflexão construída evidencia que para ampliar a sua participação no espaço público as mulheres são premidas permanentemente a mobilizar diferentes recursos e estratégias para a sobrevivência nessa sociedade marcada pela desigualdade. No capitalismo, organização societária para a qual a desigualdade é necessária, há interesse para que os padrões de sujeição feminina sejam reafirmados na construção da sociedade, reforçados a partir da divisão social e sexual do trabalho, cujo discurso se assenta no entendimento de que a esfera do privado, o mundo doméstico, é o verdadeiro universo da mulher. Em seu livro “A condição humana”, Hannah Arendt chama a atenção para a invisibilidade advinda da existência no espaço privado. Segundo essa autora na esfera da “privatividade” as pessoas são destituídas de coisas essenciais a sua condição humana, “elas são privadas da realidade que advém do fato de ser vista e ouvida por outros” (2007, p.33). Em contrapartida, a esfera pública é o espaço da realidade, onde as pessoas se dão a conhecer. O debate acerca das contradições advindas das esferas públicas e privadas

nos permite compreender, por um lado, a visibilidade masculina e, por outro, a invisibilidade associada à condição feminina, que, ao não se dar a conhecer, é como se não existisse.

Na sociedade de classes as desigualdades são oriundas das mais diferentes esferas, desde as condições econômicas e sociais às questões de gênero, raça, credo, orientação sexual, enfim uma sociedade que estabelece uma assimetria constante entre os sujeitos sociais. E no caso específico das mulheres, essa assimetria é elevada à razão exponencial, tendo em vista que ser mulher sob o jugo do patriarcado já se constitui em si mesmo em desvantagem, quando associado à estrutura da sociedade capitalista a desvantagem tende a se acentuar.

As estratégias utilizadas pelas mulheres surgem principalmente em decorrência das conquistas por elas alcançadas na luta pelos seus direitos, pela superação da opressão machista. Entretanto, é importante situar que as conquistas das mulheres ocorrem na esteira das lutas mais amplas por democracia. Dentre as múltiplas estratégias mobilizadas pelas mulheres, identificamos a busca pela escolarização, o adiamento da maternidade, a redução no número de filhos como recursos necessários a sua sobrevivência no mercado de trabalho largamente competitivo, desprovido da compreensão da função social da maternidade e referenciado nos resultados. Isso talvez nos ajude a entender porque as mulheres têm perseguido níveis de escolaridade mais elevados que os homens, ainda que as estruturas e amarras da vida privada não tenham sido rompidas, de forma que, na contemporaneidade, o número de matrícula das mulheres, especialmente na pós-graduação, seja superior ao dos homens, revelando a inversão de uma tendência histórica.

Os resultados decorrentes das relações de gênero revelam a atualidade do feminismo como instrumento mobilizador na luta contra a desigualdade de gênero. É certo que não podemos nos referir a esta questão no singular tendo em vista as diferentes concepções que a permeiam. Entretanto, este movimento em si mesmo cumpriu, desde o início, o papel fundamental de colocar em questão a opressão feminina, naturalizada ao longo da história e tratada como questão menor, pois é referida como questão pessoal.

Pesquisadoras/es do feminismo como Alvarez (1990) consideram que o movimento feminista se distingue do movimento mais amplo de mulheres, do

2 Dados extraídos do Censo 2010, IBGE.

qual faz parte, ao dar ênfase às questões de gênero das mulheres, chamando a atenção para os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos a elas. Mas considera também como elemento de distinção a autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado e a ruptura com a verticalização nas relações organizativas, tendo o referencial coletivo e a horizontalidade como referências fundamentais.

Ao afirmar que a “hierarquização dos sexos” não seria uma questão biológica, mas sim unicamente o fruto de uma construção social pautada em séculos de regimes patriarcais, Simone de Beauvoir³ edificou um substrato sobre o qual se sustenta boa parte do pensamento acerca da desigualdade de gênero. Daí decorre compreender que as representações disciplinam e hierarquizam as relações por meio da imposição de padrões construídos socialmente e apresentados como naturais. Mas setores do movimento defendem que as desigualdades sociais precisam ser buscadas não somente nas características biológicas, mas nos arranjos sociais, na história, na forma como a sociedade se organiza econômica, política, social e culturalmente.

No contexto das reflexões aqui realizadas penso que é fundamental situarmos o feminismo como referencial teórico, filosófico, político e social que se constituiu em força material fomentadora do movimento das mulheres, questionador do monopólio exercido pelos homens no âmbito social, político e econômico, como fermento da luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O feminismo assume maior visibilidade no mundo moderno a partir do século XX, entretanto o seu surgimento se dá na esteira das ideias iluministas e do ideário da Revolução Francesa. Tingido por vários matizes, teve, dentre suas várias manifestações, a luta sufragista como a mais expressiva movimentação das mulheres em torno da luta por igualdade de direitos.

O debate público acerca das relações de sujeição das mulheres instituídas como questões do âmbito privado foi a tônica das discussões que movimentaram a sociedade na segunda metade do século XX. “Politizar o privado é denunciar as desigualdades de poder entre homens e mulheres na esfera das relações afetivas, amorosas, conjugais, familiares e

domésticas” (MACHADO, 2011, p.77), entretanto, o foco se circunscrevia a esfera da violência e dos direitos das mulheres à saúde, à sexualidade e à reprodução.

Entretanto, importa registrar que ao alçar ao espaço da política o debate acerca da opressão feminina, o movimento feminista provocou rupturas na dicotomia entre público e privado, entre o pessoal e o social, resgatando a compreensão de que a sujeição da mulher resulta da cultura fundamentada no patriarcado, portanto aprendizagem social e não decorrência natural. A opressão feminina deixa de ser reduzida a condição de problema individual, da mulher, e passa a ser tratada como questão referente a toda a sociedade. Esta percepção alarga a compreensão acerca do fenômeno que historicamente havia sido esquecido. De acordo com Bandeira e Melo, a história do Brasil

em sua versão oficial, esqueceu as mulheres, como se nós estivéssemos fora do tempo e dos acontecimentos. Mas, pela memória individual e coletiva o passado vem à tona, a lembrança é social e coletiva e serve como uma âncora para cada pessoa e para a sociedade. Assim é preciso transformar o silêncio sobre a lembrança social das mulheres em resgate e reconhecimento da memória, para que os elos entre o passado e presente com o futuro reforcem a sua importância na sociedade (2010, p.8).

Concepções que abordam as questões de gênero a partir de diferentes perspectivas convivem no contexto do pensamento feminista. Grosso modo, pode-se afirmar que no centro dessa discussão situa-se a compreensão acerca da origem da opressão feminina, se decorre exclusivamente da diferença biológica (sexo) ou se esta diferença no contexto das classes sociais potencializa essa opressão. Segundo Valadares (1998), “o desenvolvimento plural do feminismo tem lhe permitido avançar na teoria e multiplicar as práticas na luta pela transformação das relações de gênero”, entretanto, chama a atenção para o reducionismo que envolve a visão sexista que elege o homem como a ameaça à autonomia das mulheres. Ao não dialogar com a perspectiva de classe perde de vista a centralidade do sistema social e econômico no processo de opressão das mulheres.

Nesse sentido, Moraes (1988), em seu artigo intitulado “As diferentes concepções no movimento feminista”, destaca que sustentadas em bases conceituais diferenciadas, na ação prática, as correntes feministas podem ser categorizadas como:

1 – A luta pelo direito ao controle do corpo – como centro da ação sexista, esse eixo leva ao tratamento exclusivo dos problemas relativos à sexualidade e do que está em torno dessa questão.

3 Tese desenvolvida no livro: “O Segundo Sexo”, publicado pela primeira vez na França, em 1949.

2 – A luta pela igualdade de direitos simplesmente – desenvolvida na vertente do feminismo reformista burguês que limita as conquistas no patamar das desigualdades legais.

3 – A luta pelo direito ao trabalho para a mulher – a linha fundamental desenvolvida pelo movimento operário consciente que indica a integração na produção, como passo inicial, para a recuperação do seu papel social, embora aponte a impossibilidade de que isso se realize nos marcos do capitalismo.

A categorização desenvolvida evidencia a complexidade que envolve o movimento feminista, cujas concepções transitam desde uma compreensão sexista a uma concepção emancipacionista, passando por uma visão formal legalista. Ou seja, grande parte do movimento feminista não se reportava à divisão sexual do trabalho e não questionavam a distinção dos papéis e representações de gênero. Ao se reportar à concepção emancipacionista, Moraes (1988) apresenta argumentos que enfatizam a centralidade da luta pelo direito ao trabalho como instrumento da libertação feminina. Segundo esta autora, “ao realizar um trabalho produtivo para toda uma comunidade, a mulher resgata o seu valor social, a sua importância enquanto força que contribui socialmente para a sobrevivência da espécie” proposição corroborada por Gonzalez (2013 apud IBGE, 2014), que considera que é por meio do “acesso à renda e ao trabalho, isto é, da transição do espaço doméstico ou privado para o espaço público, que as mulheres serão capazes de modificar as relações de gênero e eliminar as desigualdades de gênero.” A compreensão é que a inserção no mundo do trabalho oportunizará, não necessariamente de forma automática, à mulher conhecer as contradições das relações de produção e situar nesse contexto a opressão de gênero ampliada pela opressão de classe.

Ao integrar o mercado de trabalho, a mulher rompe com as cadeias do atraso em que é jogada pela rotina do tanque e da cozinha. Nesse processo a trabalhadora tem melhores oportunidades de tomar consciência da opressão sexual a que está submetida através das evidentes discriminações que a separam dos trabalhadores. Enfrentando a luta para se igualar com os trabalhadores homens ela percebe que esses homens têm poucos direitos. E passa a compreender que além da sua opressão particular enquanto sexo, ela sofre a opressão de sua classe (MORAES, 1988, p.8)

É certo afirmar que a segunda metade do século XX testemunhou uma mudança acentuada na vida das mulheres que, ao serem incorporadas ao mundo do trabalho, passaram a atuar em diferentes áreas profissionais, assumiram a condição de chefes de família e romperam com grande parte das barreiras impostas a

sua presença nas escolas e universidades. Mas a condição da subalternidade feminina permanece. É inegável que os direitos conquistados são fundamentais para a construção de relações mais equilibradas, entretanto, o desafio que se coloca para o movimento feminista é que, para além dos direitos conquistados, é preciso trilhar o caminho da emancipação feminina, cujo alcance só será possível no contexto da emancipação humana.

Implica compreender que simultaneamente à luta pelas questões específicas, é necessário estabelecer as conexões com a luta política e social e pelo desenvolvimento democrático da sociedade. “A emancipação das mulheres não pode ser entendida apenas como autonomia econômica, afetiva, sexual em relação aos homens. Ela não se reduz a ganhos no mercado de trabalho”. Pela concepção emancipacionista, “trata-se de lutar pela igualdade entre homens e mulheres, para valorizar a diferença entre eles, como base de sua complementariedade nas relações humanas” (PCdoB, 2007, p. 15)

Importa destacar como afirma Valadares em seu artigo “Gênero e emancipacionismo: o clamor da radicalidade”⁴, que, a despeito das divergências, as práticas decorrentes da luta das mulheres resultaram em passos alargados rumo a sua autonomia.

É no calor deste desenvolvimento que hoje se pode considerar como vitórias do movimento a incorporação da agenda feminista em uma miríade de organizações, governamentais e não-governamentais, a assimilação do conceito de gênero nas proposições políticas, no discurso político, as tentativas de elaboração de políticas públicas sob a ótica de gênero, a realização de inúmeras conferências internacionais, das quais se destaca a IV Conferência Mundial, com sua Plataforma Beijing 95, compromisso firmado, em meio à intensa luta, pelos governos ali presentes, e ratificado por inúmeros países, inclusive o Brasil.

Estes avanços, amplamente reconhecidos precisam ser entendidos como passos à frente na luta pela construção da cidadania das mulheres, mas por isso mesmo com profundos limites a sua emancipação. Compreender esses limites e desvelar as contradições permitirá refletir acerca da seguinte indagação: considerando os avanços alcançados e que a opressão feminina sofreu resistência por parte das mulheres em maior ou menor grau, a depender das condições de mais ou menos democracia, há que se perguntar como uma concepção de sociedade pautada na sujeição do outro pode sobreviver por tanto tempo? Como

4 Artigo publicado na Revista Presença da Mulher disponível em: www.vermelho.org.br, publicado em 7/3/2012.

esta sujeição se mantém presente nas práticas sociais do século XXI?

Certamente que não é somente uma questão de força e coerção, a sujeição que se assenta em questões de caráter subjetivo, ainda que ancoradas nas condições objetivas, é a chamada subordinação ideológica.

Segundo Althusser (apud PAIVA, 2012, p.68), as ideologias possuem existência material e se constituem a partir do processo de reprodução das condições de produção. Como toda formação social, é resultado do modo de produção dominante. Para que essa formação social sobreviva, é necessário que ela reproduza as forças produtivas e as relações de produção existentes. A autora chama atenção para o fato de que a reprodução das forças produtivas (força de trabalho) associa-se tanto às condições materiais dos meios de produção quanto à qualificação e esta refere-se a uma determinada competência advinda da divisão social-técnica do trabalho e possui, portanto, dimensão subjetiva. No capitalismo, essa qualificação tende a extrapolar o local de trabalho e se materializa por meio do sistema escolar e de outras instâncias e instituições. Em geral, essa reprodução é assegurada por meio de mecanismos presentes na superestrutura jurídico-política e ideológica, uma superestrutura que é determinada pela base econômica.

Nessa perspectiva, a ideologia se caracteriza como processo de “falseamento da realidade”. Por meio de diversos organismos sociais como a família, a escola, a religião⁵, entre outros, de forma dissimulada, falseando de tal sorte a realidade que o oprimido, seja homem ou mulher, reproduz os métodos do opressor e os estereótipos de sua subordinação.

Diante dessa realidade, penso que o desafio colocado ao movimento feminista possui dimensão estratégica e vai além da resistência e manutenção de direitos conquistados. O embate deve ocorrer em torno da desconstrução da cultura machista nos marcos da sociedade de classes simultaneamente à luta pela superação da organização societária instituída, que se sustenta na desigualdade, na exploração e na opressão. A transformação das relações sociais de produção capitalista assume centralidade nesse debate.

5 Althusser identifica a escola, a família, a igreja, o exército como Aparelhos Ideológicos do Estado.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução: Walter J. Evangelista e Maria Laura V. de Castro. 6.ed.Rio de Janeiro:Graal,1985.
- ÁLVAREZ, Sonia. **Engendering democracy in Brasil**: women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press. 1990.
- ARENDETT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed.RJ:Forense Universitária,2007.
- BANDEIRA, Lourdes;MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias**: movimento feminista no Brasil. Brasília:SPM,2010.(BANDEIRA, Lourdes; MELO,Hildete Pereira de)
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. (Estudos e Pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica nº 33). Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br
- _____. **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Brasília: MPOG/Sistema Nacional de Informações de Gênero,2014.
- KOLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual** 2.ed.SP:Expressão Popular,2011.
- MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo Brasileiro: revolução de ideias e políticas públicas. In: SOUSA JUNIOR,J.G.;APOSTOLOVA, B.S.;FONSECA,L.G.D.(org.) **Introdução Crítica ao Direito das Mulheres**. Brasília: CEAD/FUB,2011.(Série O Direito Achado na Rua, V.5)
- MORAES, Jo. **As Diferentes Concepções no Movimento Feminista**. In.Presença da Mulher, n.15, SP:Anita Garibaldi,1988.
- PAIVA, Olgamir Amancia Ferreira de. **Contradições dos Programas de Transferência de Renda no Campo da Educação**: suavizando efeitos da barbárie capitalista ou enfrentando a lógica deste mesmo sistema. Brasília: Liber Livro;FE/UnB, 2012
- PCdoB. **Igualdade para as Mulheres**. 1ª. Conferência Nacional do PC do B sobre a questão da Mulher. SP:Secretaria Nacional da Mulher/PCdoB,2007.
- _____. **A luta pela Emancipação das Mulheres é Estratégica**. 2ª. Conferência Nacional sobre a Emancipação da Mulher. SP:Secretaria Nacional da Mulher/PCdoB,2012.
- VALADARES, Loretta. **A Visibilidade do Invisível**. In: Presença da Mulher, n. 31, SP:Anita Garibaldi, 1998.
- _____. **Gênero e emancipacionismo**: o clamor da radicalidade. In: Presença da Mulher, s/n.SP:Anita Garibaldi,s/d.

Famosas #SQN

Por **Marcionila Teixeira**
Fotos: **Jau Melo**

Dandara: não se intimidou com os ataques racistas

"No futuro, todos terão seus quinze minutos de fama", previu o cineasta e pintor americano Andy Warhol, em 1968. O fenômeno da Internet garantiu que isso ficasse mais fácil e alcançar a fama se tornou um risco que todos correm – querendo ou não. O problema é que não se trata de ser célebre, mas de ter sua reputação solta na nuvem.

A gestora ambiental pernambucana Dandara Marques, 25 anos, se viu “famosa” nas redes sociais simplesmente por ser negra: um internauta paulista compartilhou uma foto de Dandara no *Facebook* com um comentário racista. “Me dê uma caixa de fósforos que faço progressiva nessa infeliz”, disse.

A foto foi postada originalmente em uma página de beleza negra. A repercussão contra o autor da agressão foi imediata. E fortaleceu Dandara:

“A agressão não era apenas racista. Era machista. A mulher negra geralmente chama mais atenção quando investe nos adereços, no cabelo *black power*. Se fosse um homem ele não teria compartilhado e comentado. Sou preta e mulher. Isso incomodou”, pensa Dandara.

Ela registrou boletim de ocorrência contra o agressor na Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos de Pernambuco e procurou o Ministério Público. O Afoxé Omô Nilê Ogunjá, do Recife, onde Dandara dança, publicou uma nota de repúdio ao ato na rede social. Na época, a página do autor da agressão também foi tirada do ar.

Homens que não se dão ao respeito

Filha do cantor Lirinha, ex-Corredel do Fogo Encantado, Elvira Freitas, 16, usou um episódio de machismo

vivido por ela nas redes sociais para empoderar colegas de um colégio particular em Olinda, onde estuda. Tudo começou quando, em fevereiro, Elvira retrucou uma mensagem no *Twitter* de um morador de Arcoverde, cidade pernambucana onde nasceu. A postagem falava sobre a criação de um troféu de melhor “puta” naquele município do Sertão.

“Falei que ficava triste com tanto machismo e ele me respondeu dizendo que eu não tinha idade nem para votar, que falava aquilo por ser filha de Lirinha e até lésbica. Publiquei minha indignação no *Facebook* e ganhei um grande número de curtidas e compartilhamentos”, lembra. Em apoio a Elvira, estudantes e professores também prepararam placas com dizeres contra o machismo, postaram nas redes sociais e iniciaram um debate na escola nunca antes visto.

Contra-ataque

Professora da Universidade Federal do Ceará e blogueira feminista, Lola Aronovich acredita que reagir publicamente contra atos machistas pode funcionar como punição. Ela mesma é ameaçada de morte por misóginos, mas denuncia os casos nas redes sociais, na Polícia e na Justiça. “Às vezes é bom expor. Não sei se adianta, mas é o melhor que podemos fazer. Alguns pedem desculpas, se envergonham, deletam a mensagem e o perfil. Um outro caminho é printar os comentários, pois são provas dos ataques”, orienta.

Indignados com o blog Lola Escreva, mantido pela professora para discussões feministas e o mais acessado sobre o assunto no País, machistas criaram um *site* falso no nome dela. “Falavam coisas horríveis, como se fosse eu a autora. Disse-ram até que eu tinha promovido um aborto na universidade. Até certo ponto me afeta, mas não tenho medo”, acrescenta. Os grupos responsáveis pelos ataques a Lola pregam a legalização do estupro corretivo de lésbicas, da pedofilia e morte aos negros.

Um exemplo de repercussão considerada um sucesso foi a campanha com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, promovida pelo Think Olga, que discute questões feministas. Aconteceu em outubro, após episódio envolvendo a participante do MasterChef Júnior Valentina Schulz, 12. A garota foi alvo de comentários pedófilos no *Twitter*. Milhares de mulheres e homens atenderam ao chamado da campanha e relataram publicamente a primeira vez em que sofreram assédio sexual. Ou ao menos a primeira vez da qual se lembram. Muitas vítimas revelaram estar falando pela primeira vez no assunto. A pesquisadora brasileira Giovanna Dealtry está preparando um livro com os relatos da campanha.

A presidente e o sexo

Recifense, o cantor João do Morro se viu no olho do furacão após divulgar, em novembro, uma composição chamada Resposta para Dilma. A letra critica os eleitores da petista, faz referências à suposta orientação sexual da presidente e diz que ela precisa de um homem para resolver a situação do País. O PT de Pernambuco repudiou a letra por conteúdo violento, ofensivo e machista. “A violência contra as mulheres é coisa séria. Desqualificar, insultar, menosprezar e diminuir as mulheres são formas de perpetuar a opressão e a violência vivenciada por elas no cotidiano”, diz a nota.

Em julho, Dilma Rousseff foi alvo de outra agressão. Desta vez, adesivos com a imagem da presidente em que ela aparece de pernas abertas foram postos à venda para serem colados no tanque de gasolina dos carros. Quando abastecidos, passariam a ideia de que a bomba de gasolina estava penetrando

sexualmente a figura falsa. A penetração era usada como punição contra Dilma, castigada por ter subido os custos dos combustíveis. A venda do adesivo que fazia clara apologia ao estupro foi um fracasso. O caso foi denunciado pelo Governo Federal à Organização das Nações Unidas (ONU).

Erotização de crianças

Campanhas como “Use e lambuze”, da marca de roupas infantis Lilica Ripilica, e “Vem ni mim que eu to facim”, da grife do apresentador Luciano Huck, também viraram alvo de críticas nas redes sociais e levantaram a discussão sobre o debate da violência sexual contra meninas e mulheres. Na imagem da Lilica, exibida em *outdoors* e revistas, uma menina com cerca de cinco anos está sentada em uma espécie de divã, segura um doce, tem o rosto sujo de açúcar e creme e olha diretamente para a câmera com um meio-sorriso nos lábios. Ao lado, as palavras “Use e se lambuze”.

No caso de Huck, a frase é conhecida por ser usada para quem está aberto a beijar outras pessoas nas baladas. As peças publicitárias foram consideradas incitadoras da pedofilia. “Por trás dessas campanhas está um inescrupuloso jogo de mercado em que a publicidade e o *marketing* se ancoram na estrutura do patriarcado que instrumentaliza e usa a imagem de meninas e/ou mulheres na velha lógica do objeto. Essas campanhas atingem toda a sociedade, não só as mulheres”, diz a secretária da Mulher do Recife, Elisabete Godinho. Para ela é importante divulgar serviços de atendimento e aprofundar uma forma de regulação da publicidade voltada para o público infanto-juvenil.



Elvira: machismo merece uma resposta



Conceição Oliveira

Autora do Blog Maria Frô, é historiadora, educadora, formadora, autora de coleções didáticas (Prêmio Jabuti 2005 e 2008), ativista da educação para igualdade étnico-racial e feminista

Comunicação para democratizar o Brasil

As mulheres recebem cerca de 24% menos que os homens para desempenhar as mesmas funções. Elas também têm uma carga de trabalho maior, quase duas vezes e meia que os homens e sem remuneração. Trata-se do acúmulo das tarefas domésticas e administração da casa, do trabalho com cuidados com filhos, idosos, doentes, além do trabalho fora de casa.

O relatório ONU, intitulado *Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar os direitos*¹, publicado em 2015, informa que as desigualdades de gênero no mercado de trabalho persistem no mundo todo e as mulheres além de receberem menos, têm menos chance de receber pensão, ampliando desigualdades de gênero ao longo da vida.

As estatísticas demonstram ainda que, no Brasil, para além da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, a desigualdade racial é um componente a mais para fazer das mulheres negras as trabalhadoras mais mal remuneradas do mercado em relação a todos os demais trabalhadores.

As mães trabalhadoras negras também são mais expostas ao medo quando seus filhos chegam na adolescência: o Brasil é o país onde 70% da juventude assassinada entre 15 a 24 anos são da cor negra, a grande maioria sem passagem pela polícia. Em alguns estados, um jovem negro corre 1000% mais riscos de morrer baleado que um jovem branco. Na média brasileira nascer negro aumenta 142% a chance

de ser assassinado. É um verdadeiro genocídio sem qualquer política pública de segurança para reduzir este vergonhoso e bárbaro índice estatístico.²

A mortalidade das gestantes negras³ ainda é maior que a das gestantes brancas. Até 1996 este dado sequer estava nas estatísticas. Foi preciso muita luta de ativistas negros da área da saúde para que o Ministério da Saúde incluísse o quesito raça/cor nas declarações de óbito. Mesmo assim até o final do século XX a subnotificação era a regra. A pesquisadora Alaerte Martins em seus estudos demonstrou que, no Paraná, as gestantes negras morriam seis vezes mais que as gestantes brancas e essa ainda é uma realidade e nacional:

“A mortalidade materna é maior entre as mulheres negras, sendo que metade dos óbitos devido a aborto é por aborto espontâneo”. (...) “Em situação de abortamento, as mulheres são discriminadas. E se são negras são mais discriminadas do que as brancas. Serão as últimas das últimas a serem atendidas, correndo maior risco de morte.”⁴

A violência contra a mulher⁵ também é um dado assustador em nosso país. O Brasil ocupa a 5ª posição num grupo de 83 países de acordo com a OMS, só perde para as taxas de feminicídio de El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa. No Brasil se mata 48 vezes mais mulheres que no Reino Unido, 24 vezes mais que na Irlanda e Dinamarca, 16 vezes mais que no Japão e na Escócia⁶. De acordo com os dados do *Mapa da Violência 2015* são as mulheres negras as principais vítimas de feminicídio no Brasil e, como vimos, isso se repete em outros



Os media são, portanto, palanques de políticos reacionários, canais de reverberação do discurso único conservador



dados estatísticos dado que a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País.

Somos ainda sub-representadas nos espaços institucionais de decisão, nosso Parlamento tem cerca de 9% de parlamentares do sexo feminino e este índice se repete também quando se trata dos cargos no poder Executivo.

Diante deste quadro de superexploração, violência institucional e sub-representação no poder, pergunto: quais destes temas estão na grande mídia? Quantas vezes, caro leitor/a, você viu nos principais telejornais, nos principais jornais e nas principais revistas ao menos um destes grandes temas sendo tratados com propriedade? Quantas vezes e com que regularidade as causas destes problemas que atingem a maioria da população, a luta de grupos organizados contra a violência contra a mulher, o debate sobre as políticas públicas necessárias para mudarmos os vergonhosos índices aqui apontados foram foco da grande imprensa?

O jornalismo negócio e a luta da democratização das comunicações para democratizar o Brasil

A pergunta anterior não é um exercício retórico. É uma proposta de reflexão para nós, educadores, ativistas, cidadãos comprometidos com a democracia e a justiça social. Precisamos pensar sobre o porquê de pautas fundamentais de nossa realidade não despertarem o interesse da grande mídia, considerando ainda o fato de que a radiodifusão —os canais de rádio e televisão— são concessões públicas, devendo, portanto, obedecer aos princípios constitucionais, não reproduzir

estereótipos e debater as questões importantes da realidade nacional.

No entanto, na maioria das vezes, o que vemos nos programas de rádio e tevê são o reforço de estereótipos racistas, sexistas, homofóbicos. Sempre os mesmos ‘especialistas’ repetindo e endossando o discurso de políticos reacionários contra cotas, contra bolsa família, contra políticas públicas inclusivas, contra a luta das mulheres.

O sociólogo Jessé de Souza recentemente publicou um livro que trata dessa violência simbólica endossada por intelectuais conservadores que legitimam o discurso das elites na grande mídia. Em seu livro *A tolice da Inteligência Brasileira*, ele argumenta que nossos intelectuais se põem a serviço do 1% mais rico da população contra 99% do restante dos brasileiros. Souza afirma que:

“(...) indivíduos e classes sociais têm que, efetivamente, ser feitos de ‘tolos’ para que a reprodução de privilégios tão flagrantemente injustos seja eternizada. Daí ser fundamental compreender como intelectuais e especialistas distorcem o mundo para tornar todo tipo de privilégio injusto em privilégio merecido ou, na maior parte dos casos, privilégio invisível enquanto tal”.

O foco destes ‘especialistas’ nunca é denunciar a imensa concentração de riqueza. Eles reduzem as causas dos problemas brasileiros à corrupção do Estado, sempre a atribuindo aos governos trabalhistas e raramente denunciando a mesma prática em governos neoliberais. Essa legitimação justifica a demonização do Estado e o endeusamento do mercado, criando uma falsa oposição como se os ricos no Brasil não tivessem acumulado suas fortunas a partir de financiamentos, infraestrutura e privilégios concedidos pelo Estado e como se a corrupção de agentes públicos existisse sem corruptores, sem a participação ativa do mercado.⁷

Políticos reacionários também sempre contam com espaço garantido de fala nos telejornais, programas de entrevistas de rádio e da televisão. Não há contraponto, ou quando existe é mínimo diante da profusão do discurso único conservador que explora tragédias para reforçar os discursos criminalizadores contra a juventude, a favor da diminuição da maioridade penal,

contra a luta pela reforma agrária, contra o genocídio negro, contra manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas, entre outros.

No Brasil, os meios de comunicação são monopolizados e associados com o poder da terra, o poder do capital financeiro. Poucas famílias controlam concessões públicas (rádio e tv) jornais, revistas, portais da internet e tv por assinatura, controlando assim as pautas, decidindo se, o quê, como e quando devemos falar sobre determinado assunto. A grande mídia cotidianamente busca ditar a agenda política do país.

Até dezembro de 2015 não tínhamos sequer regulamentado o direito de resposta⁸ e ainda há muita resistência para que a lei aprovada torne-se de fato um direito. Os principais grupos midiáticos estão em campanha contra a referida lei, utilizando as mesmas estratégias e discursos comuns utilizadas contra a luta pela democratização das comunicações⁹.

Os meios de comunicação monopolizados continuam criminalizando as lutas dos trabalhadores e os movimentos sociais e ignorando a agenda que de fato é importante para a grande maioria da população brasileira. Dados omitidos, selecionados, informações importantes manipuladas, especialistas que endossam a visão conservadora servem para criar um clima de descontentamento, desesperança e nada crítico sobre o porquê, por exemplo, de os bancos lucram mais que qualquer setor produtivo da economia e abocanharem grande parte de recursos públicos por meio de juros sobre a dívida pública ou por que nossa população indígena é assassinada nas ruas não se poupando nem ao menos bebês enquanto são amamentados.¹⁰

Sem democratização das comunicações não poderemos de fato democratizar o Estado brasileiro, essa bandeira deve ser central a todos sindicatos, federações, confederações, movimentos sociais, enfim à parcela da sociedade civil organizada. A bandeira da democratização das comunicações é tão importante como as das reformas política, tributária e judiciária, pautas igualmente ausentes na grande mídia que cada vez mais reforça um discurso criminalizador da política reduzindo todos os problemas do país a uma visão moralizadora e parcial com o discurso de ‘combate à corrupção’ reduzido à criminalização do Partido dos Trabalhadores.

Internet: comunicação digital dos movimentos sociais, blogosfera progressista e o uso das redes para lutas populares

Em um cenário de mídia concentrada os movimentos sociais e entidades trabalhistas buscam criar seus próprios canais de comunicação e utilizam a internet, especialmente as redes sociais, como estratégia para explicar à sociedade suas lutas. Assim, a luta social contra o machismo, o racismo, o genocídio da juventude negra, a violência praticada contra os povos indígenas e quilombolas, o combate à violência contra as mulheres, o ataque aos direitos trabalhistas e às organizações dos trabalhadores têm buscado ações coordenadas na Internet para ampliar sua organização e tentar furar o bloqueio midiático.

O pesquisador Rafael Almeida Evangelista¹¹ questiona-nos: *“Estamos conseguindo nos comunicar efetivamente em redes cujas progressivas modificações no código são voltadas para a maximização dos lucros?”*

Sua questão é pertinente, pois embora a Internet tenha nascido como um espaço aberto, democrático e descentralizado as redes sociais que mais atraem o público brasileiro são redes privadas que reforçam a concentração midiática, a busca por audiência e recebem um volume monstruoso de publicidade, contando com mais recursos para investir em suas plataformas de regras e funcionamento privados e nada transparentes. Esses novos monopólios de redes privadas, especialmente o Facebook manipulam o fluxo de informações e tem feito experiências de modo a influir no estado emocional de populações inteiras¹².

Em vários de seus artigos Evangelista alerta para a encruzilhada que nos encontramos quando abandonamos a luta pela democratização das comunicações e desconhecemos o funcionamento das principais redes digitais. Segundo ele:

“Movimentos sociais, que nos últimos anos apostaram quase todas as suas fichas na mobilização via redes sociais mais famosas—afinal, todo mundo está lá—hoje estão praticamente igualados a qualquer empreendimento comercial. O Facebook, por exemplo, tem uma política ativa de eliminação de perfis que não sejam de pessoas físicas. O objetivo é fazer a separação em dois tipos de usuários/postadores de coisas: as pessoas físicas, cuja relação é dada com outras pessoas que veem seus posts mutuamente; e as pessoas jurídicas (vale qualquer uma delas, empresas, movimentos, artistas, intelectuais), que pagam para terem seu conteúdo distribuído maciçamente—quanto mais dinheiro, mais distribuição—ou ficam restritos à comunicação com uma meia dúzia de assinantes, apenas uma fração das pessoas que manifestaram ativamente quererem acompanhar os conteúdos daquela fonte. No entanto, o mais relevante, e politicamente mais importante, é o que não sabemos sobre o modo como se dá essa distribuição de conteúdos. (...) A interação entre as pessoas é intermediada por uma fórmula fechada (secreta) que estabelece critérios sobre de que “amigos” receberemos conteúdos, de quais tipos e com que frequência.

Neste cenário, como páginas sem recursos como as dos movimentos sociais como MST, ou as de blogueiros e

ativistas em defesa dos direitos humanos podem disputar audiência com as de grupos de extrema-direita fortemente financiados e reverberados pelo monopólio midiático?

Evangelista alerta ainda para o grande retrocesso que estamos vivendo quando empresas como Facebook além de decidirem o que podemos ou não podemos ver, lucram com a comercialização de nossos dados, com a produção de nossos conteúdos e com a necessidade de nos comunicarmos. Assim, a utopia de que a comunicação poderia ser ferramenta para resolver todas as nossas diferenças que fundamenta a própria ideia da Internet está cada vez mais distante neste cenário concentrador e monopolista da era informacional:

Para a luta pela democratização da comunicação ela (a internet) apareceu como fórmula mágica, como saída não conflitiva para a concentração dos meios. Não seria mais preciso brigar por uma divisão justa do espectro eletromagnético (aquele em que se distribui desde os canais de televisão, de rádio, aos sinais de celular): a internet multiplicaria exponencialmente os canais; cada pessoa, grupo ou coletivo poderia ser um canal. Mas pouca gente se atentou que esses cabos, domínios, IPs, servidores, têm dono, são privados. E quem é dono manda. Com as redes sociais esse cenário parece ter se agravado, as pessoas estão concentradas em “jardins murados”, em ambientes restritos da web que se parecem com condomínios privados. Por um lado, aqueles que não têm voz nos canais tradicionais motivam-se a disputar espaço e a falarem para muita gente ali reunida. Por outro, vivem as limitações materiais e de software de um espaço que não controlam.

É preciso politizar a internet e entender seu uso e funcionamento material na atualidade. Ao mesmo tempo, é preciso recuperar e analisar criticamente as utopias da comunicação que nos informam. Assim, poderemos entender as mudanças pelas quais passam o sistema informativo do mundo, podendo agir conscientemente sobre ele em direção a estruturas democráticas de comunicação. A ação e a cultura política não são decorrências mecanicamente determinadas por essas estruturas, mas podem tender para cenários desagregadores, autoritários e contrários aos direitos humanos se assim forem manipuladas.¹³

A saída mais uma vez é pela política: lutar para regulamentar o Marco Civil da Internet (já aprovado e sem regulamentação) lutar por uma banda larga de qualidade e acessível a todos, lutar pelo marco regulatório das comunicações, para que a comunicação, um direito humano, possa ser efetivamente exercido.

Mesmo que de quando em vez na internet ouçamos um discurso dissonante e celebremos campanhas como #MulheresContraCunha na luta pelos direitos reprodutivos, #MeuPrimeiroAssédio deflagrada pelos ataques sofridos por uma adolescente que participava de um programa culinário televisivo e que serviu para denunciar a violência física e simbólica contra as mulheres ou ainda a campanha #meuamigosecreto que estimulou mulheres de todo país a falarem de suas experiências doridas com o machismo, sem politizar a sociedade continuaremos sendo

reféns de um discurso único que nos chega todos os dias pelas telas de tv, computadores ou smartphones. Discurso único que legitima todas formas de violência não apenas contra as mulheres, foco inicial deste texto, mas contra todos os grupos excluídos dos centros de decisão.

Referências

- 1 Ver: <http://progress.unwomen.org/en/2015/#collapseThree> Acesso 10 jan 2016.
- 2 Ver especialmente páginas 79 a 85: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf> Acesso 10 jan 2016.
- 3 <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/alaerte-martins-amorte-materna-invisivel-das-mulheres-negras.html>>; <<http://www.viomundo.com.br/blog-da-saude/rede-feminista-de-saude-mortalidade-materna-comove-mas-nao-mobiliza.html>> Acesso 10 jan 2016.
- 4 <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/alaerte-martins-amorte-materna-invisivel-das-mulheres-negras.html>> Acesso 10 jan 2016.
- 5 Ver: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso 10 jan 2016.
- 6 Op cit Mapa da Violência 2015 p. 27.
- 7 Souza, Josué. A Tolice da Inteligência Brasileira. São Paulo: LeYa, 2015 apud. Costa, Fernando Nogueira. <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2016/01/17/a-tolice-da-inteligencia-brasileira-como-o-pais-se-deixa-manipular-pela-elite/> Acesso 10 jan 2016.
- 8 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13188.htm> Acesso 10 jan 2016.
- 9 <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1708805-lei-de-direito-de-resposta-e-hostil-a-liberdade-de-imprensa-diz-ex-ministro.shtml>> Acesso 10 jan 2016.
- 10 <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/12/crianca-indigena-de-dois-anos-e-morta-na-rodoviaria-de-imituba-4941254.html>> Acesso 15 jan 2016.
- 11 Consultar os seguintes artigos do referido autor que abordam com propriedade o tema: <<http://www.oplanob.org/?p=687>>, <https://medium.com/@r_evangelista/redes-sociais-e-consumo-de-noticias-os-prejuizos-de-sistemas-centralizados-e-obscuras-27a281c43424#.c8jkoy6vc>, <<http://outraspalavras.net/destaques/internet-territorio-perdido/>>, <<http://outraspalavras.net/posts/internet-risco-retrocesso/>>. Acesso 10 jan 2016.
- 12 <<http://www.theatlantic.com/technology/archive/2014/06/everything-we-know-about-facebooks-secret-mood-manipulation-experiment/373648>> Acesso 10 jan 2016.
- 13 <<http://outraspalavras.net/posts/internet-risco-retrocesso/>>. Acesso 10 jan 2016.

Presas em suas próprias histórias

A vida (ou a falta dela) de quem sobrevive do lado de dentro das grades. Histórias de mulheres detentas do presídio feminino da capital do País

Por **Katia Maia**



Débora, além de estudos, precisava de história

“P enitenciária feminina, DF, 19 de novembro de 2014. Excelentíssimo Doutor Ministro Joaquim Barbosa, venho a esta corte suprema, por meio desta, pedir ajuda. Fui sentenciada...”

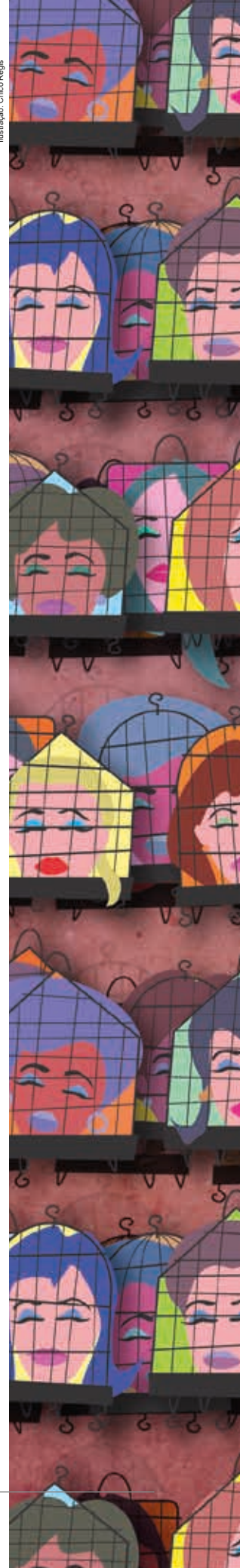
A carta era de Michelly, peregrina por crimes e sentenças, e foi endereçada ao ministro como tantas outras escritas por mulheres da máquina do abandono, sentenciadas e reclusas em um presídio feminino do Distrito Federal.

O trecho está no livro *Cadeia – Relatos de Mulheres*, escrito pela pesquisadora contemporânea Débora Diniz. Ela, que é professora na Universidade de Brasília, por seis meses, conviveu, observou e, mais do que tudo, ouviu. Vestida de preto para se diferenciar dos jalecos brancos, sentou-se no Núcleo de Saúde do presídio e escutou.

“Doía ouvir, ainda mais escutar sem entender”, escreveu a autora ao falar da presa colombiana Juanita. “Ela é linda, não tive dúvidas, a fisionomia era doce. Dentro e fora, ela era uma mulher linda”, descreveu. Débora contou 50 histórias, que poderiam ser cem, duzentas. “As mulheres do presídio são muito parecidas entre si - pobres; pretas ou pardas; pouco escolarizadas; dependentes de drogas; cujo crime é uma experiência da economia familiar”, explica.

Inicialmente, ela frequentou o presídio para fazer uma pesquisa censitária – para traçar perfil demográfico e educacional. “Ali, eu sabia quem eram as mulheres pelos números – o por que estavam lá. Parecia que era tudo o que já sabíamos sobre presídio. Os números só confirmavam grandes estudos”, diz a escritora.

No livro, Débora foi adiante: “Além dos números eu precisava das histórias. Sabia que muitas tinham usado o *crack*. Queria saber como era uso nas ruas. Como era o Bolsa Família na vida delas e aí voltei para dentro do presídio, onde tem escola, núcleo de saúde”.





Ouvir para contar

Foi uma escuta quase diária. Débora nunca fez uma única pergunta. Só ouvia o que elas tinham a dizer. “As 50 histórias personificam os grandes números do estudo”, complementa. “Cada retrato fala da multidão com singularidade. Ali encontrei mulher que não tem documento dela ou do filho, outra que vendeu o Bolsa Família, outra com HIV...”, enumera.

Os relatos começam pela presidiária mais jovem do local. Lorrayne, 18 anos e três dias. Conheceu cocaína aos onze anos, filha de bandedeira, pousou na casa da avó antes de vagar pelas ruas. “Minha avó só me espancava”, contou a jovem. “Ela representava algo que encontrei nas estatísticas: 1 em cada 4 das presas havia passado por uma unidade socioeducativa na adolescência e por reformatório”, constata Débora.

A autora esclarece que escolheu abrir os relatos com ela, por ser emblemático. “Três dias a tornaram uma presa”, destaca. As histórias passam por Janete Maria, a detenta que enfrentou Teresa, a alcinha da força, e se matou num

fim de tarde. Sentenciada a vinte anos, foi abandonada pelo marido que, por carta, comunicou que estava com outra, que havia conhecido em dia de visita no presídio. “O dia de um suicídio é de muita tristeza. A máquina do presídio é para sobreviver”, explica a pesquisadora.

O livro termina com a história de Biscoito, “uma mulher que todos os dias via andando em volta do presídio e eu achava que era só uma andarilha, quando, de repente, a vi dentro do presídio”, conta.

Biscoito vivia de idas e vindas e quando era libertada montava uma barraca na fronteira do presídio até que arranjasse uma maneira “de cair para dentro”. Para Débora, ela é a personagem que representa a falência do sistema: “A mulher que já perdeu tudo não consegue viver longe disso. Nem nome teve no livro, ficou com o apelido”.

Na avaliação da pesquisadora, “o presídio é uma máquina de produção de abandono. A esperança só existe porque, caso contrário, não se sobrevive”, lamenta.

Retrato entre quatro paredes

Elas são, em sua maioria, negras, metade tem entre 18 e 29 anos e não concluiu o ensino fundamental, embora apenas 4% sejam analfabetas e 14% tenham concluído o Ensino Médio. Pouquíssimas, apenas 3%, são divorciadas ou viúvas. O que mais elas têm em comum? Estão presas! A maioria (63%) por tráfico, seguido por roubo e furto (8%) e homicídio (7%). Esse é o perfil das detentas no Brasil, segundo o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen) divulgado pelo Ministério da Justiça.

A população penitenciária feminina no Brasil cresceu 567,4% entre 2000 e 2014, enquanto a dos homens, no mesmo período, subiu 220,20%. O InfoPen contém dados de 1.424 unidades prisionais em todo o sistema penitenciário estadual e federal referentes ao

mês de junho de 2014. Segundo o Ministério da Justiça, entre 2007 e 2012 a criminalidade cresceu 42% entre as mulheres.

O estudo revela ainda que a estrutura nos estabelecimentos voltados para as mulheres deixa a desejar quando menos da metade possui estrutura adequada para grávidas, como cela ou dormitório específico (34%). Nos estabelecimentos mistos, apenas 6% das unidades dispunham de espaço para a custódia de gestantes. A lei garante à criança o direito de ser amamentada pela mãe até, ao menos, os seis meses de idade.

Entre as unidades da Federação, São Paulo possui a maior população absoluta de mulheres encarceradas, representando 39% do total registrado em 2014, seguido pelo Rio de Janeiro, com 11%, e Minas Gerais, com 8,2%.

Bodas na ditadura

Jarbas guarda nas fotos a lembrança daquele momento histórico

Não havia nem grinalda, muito menos buquê, mas a cerimônia era um casamento

Por **Katia Maia**

Foto: Arquivo pessoal



O camburão para na porta do presídio Esmeraldino Bandeira, em Bangu. Nele entra Jarbas Silva Marques, com 32 anos, preso político. O ano é 1975. O dia, chuvoso, 26 de novembro. O veículo segue sua rota. Fará mais uma parada - no presídio Talavera Bruce, também em Bangu. Desta vez, é Inês Etienne Romeu que entra na viatura militar. Os dois estão a caminho do seu casamento.

Inês e Jarbas se conheceram em Belo Horizonte, em 1963. “Ela estudava sociologia e era funcionária de um banco estatal de Goiás. Nos encontramos no bar que reunia toda a esquerda da época, na capital mineira, o Butcheco”, recorda-se Jarbas.

O reencontro só aconteceria mais de uma década depois, no camburão, a caminho do casamento. Jarbas vestia uma blusa vermelha e calça azul. “Escolhi a roupa para aparecer com as cores do Vietcong e da

Revolução Cubana”, disse. Inês usava vestido preto de seda bordado de flor e trancinhas na lateral do cabelo.

Era um ato político. “O casamento, tornado público, seria uma forma de protegê-la, pela visibilidade que daria a ela”, conta a jornalista Lucia Etienne Romeu, irmã caçula de Inês que, em 1971, foi condenada à prisão perpétua e era única sobrevivente, depois de 96 dias de tortura, da Casa da Morte, ponto clandestino mantido pelo Centro de Informações do Exército (CIE) em Petrópolis (RJ), onde estima-se terem sido executados pelo menos 22 presos políticos.

Em 1975, Ano Internacional da Mulher definido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a divulgação do matrimônio comprovaria a existência de presos políticos no Brasil, contradizendo os militares. Além disso, “Inês era a única mulher no mundo, naquele momento, condenada à prisão perpétua”, lembra Jarbas.

No caminho até o antigo Palácio da Justiça, no Centro do Rio, Inês e Jarbas tiveram alguns minutos para conversar depois de 13 anos. “Foi um universo de atropelos, troca de assuntos, falamos da Casa da Morte, mas por mensagem cifrada”, conta Jarbas e acrescenta: “Falamos também da segurança dela e eu aconselhei a ficar do meu lado esquerdo para protegê-la com o próprio corpo, caso precisasse”. Saíram do camburão. Ele algemado com as mãos para frente, ela livre. As algemas de Jarbas só foram retiradas para assinar os papéis e trocar alianças.

Durante a cerimônia Inês estava sorrindo, apesar de rodeada por vinte policiais com metralhadora, e de o clima estar tenso e pesado. O momento foi eternizado por imagens feitas pelo então estudante de economia, Bruno Scharfstein, com uma câmera de Super 8, que só foram divulgadas após 40 anos, em 2015.



Em mais de uma década sem se ver, os noivos trocaram cerca de 200 cartas cifradas, para escapar da censura. Uma delas, obtida pelo jornal O GLOBO, foi enviada por Inês quatro dias antes do casamento e dizia:

“Jarbas querido, estou numa agonia que faz dó! Que loucura, só! Mas estou me “preparando” incrivelmente e vou chegar lá linda, maravilhosa, livre. Acho que um pouco chocante, prepare-se pra isso. É que quero mostrar minha liberdade e o paradoxo da situação toda. Sabe, acho que você é produto da minha imaginação, dos meus

sonhos, anseios. Te espero para ser sua mulher e te amar profundamente. Venha também livre, solto, bonito. Sou, hoje, a sua imaginação e sonho. Quem sabe pode se tornar realidade? Beijos e beijos, Inês”.

A cerimônia não durou mais do que um minuto. As imagens mostram os dois subindo a escada rolante do Palácio e sendo colocados em frente ao juiz José de Mesquita Lara.

Depois do beijo e do longo abraço, os noivos brindaram com água.

Casados, voltaram para o camburão, que arrancou em alta velocidade, fazendo com que o casal tombasse de

um lado a outro. Jarbas conta que, no interior da viatura, ainda tiveram oportunidade de conversar sobre o que tinha acabado de ocorrer. “Um falou para o outro quem viu na cerimônia. Foi uma emoção sem controle”, disse. Do camburão, cada um voltou para o presídio de origem.

Jarbas contou que o casamento não deu certo por marcas das torturas que carregavam. Ele foi solto em 1977 e chegou a visitar Inês na cadeia uma vez. Ela foi a última presa política do Brasil a ser liberada, saindo apenas em 1979, com a Lei da Anistia. Se separaram oficialmente em 1984.

Uma vida de lutas

Inês Etienne Romeu nasceu em Pouso Alegre (MG), em 22 de agosto de 1942, a sexta de oito irmãos. Foi criada em Caratinga (MG), cidade onde seus pais se casaram e tiveram os três primeiros filhos, e para onde voltaram em 1950, já com a prole de oito. Seu pai era bancário e sua mãe, escrevente da Justiça. Ambos atuantes na vida política da cidade.

No início dos anos 60, Inês mudou-se com a família para Belo Horizonte. Lá fez vestibular para o curso de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e começou a trabalhar no Banco Mineiro da Produção, que depois passou a se denominar Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge).

No final do segundo ano de Sociologia, transferiu-se para o curso de História, da mesma universidade. Depois do golpe de 1964, passou à militância contra a ditadura, primeiramente na Organização Revolucionária

Marxista Política Operária (Polop). Em 1969, já perseguida pelos órgãos da repressão, foi para o Rio, onde viveu na clandestinidade, integrando a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Em 5 de maio de 1971, em uma viagem a São Paulo para um encontro com um companheiro, foi presa pelo delegado Sergio Paranhos Fleury e sua equipe. Começaram as sessões de tortura que perduraram por meses.

Inês defendia a justiça social. Segundo sua irmã caçula, Lucia Etienne Romão, “Inês era uma pessoa muito corajosa e íntegra, marcando sua luta com essas qualidades”.

Foi ela quem revelou a existência da Casa da Morte. Enquanto esteve em cativeiro, guardou informações que depois foram decisivas para a localização da casa, como o número do telefone. Já em liberdade, depois da anistia, foi até o local fazer o reconhecimento, acompanhada dos principais veículos de imprensa. Inês faleceu em abril de 2015.



Foto: Agência Brasil

Inês Etienne: última presa política a ser liberada no Brasil

Black power

A feminista negra luta contra o machismo dentro do movimento negro e contra o racismo dentro do feminismo. É preciso ter poder

Por **Ana Paula Domingues**

Feminismo não é o contrário de machismo. A escritora Clara Averbuck explica que é a luta pelo fim da dominação de um gênero sobre outro: “Se você diz ‘não sou feminista, mas acho que todos deveriam ser tratados igualmente e ter os mesmos direitos’ você está dizendo, exatamente: ‘não sou feminista, mas sou feminista’. Se você acredita na igualdade de direitos entre homens e mulheres, você é feminista”.

O movimento político, filosófico e social que defende a igualdade e o fim da opressão de gênero já combateu a falta de equidade no direito à propriedade, lutou pelo voto feminino e teve na liberdade sexual e no direito ao aborto suas principais bandeiras. Hoje, correntes defendem o olhar crítico

para questões como a diferença entre as próprias mulheres. É aí que o feminismo negro se insere: as mulheres negras vêem no racismo uma condição que agrava ainda mais a opressão de gênero.

Para Luma de Lima Oliveira, feminista, negra, poeta, socialista, periférica, educadora popular e autora do blog *Entre Luma e Frida* desde 2012, a batalha que a feminista negra trava na sociedade vai além de defender ideais. Aos 24 anos, a estudante de Letras conta que as energias precisam ser renovadas todos os dias: “Muitas pessoas encaram mulheres negras como fortes, estereótipos de uma sociedade racista-machista, escravocrata e desigual que internalizou que seguramos qualquer barra, mas não é bem assim. Viver em

um mundo racista destrói, machuca. Por isso precisamos nos fortalecer cotidianamente”.

Para Gabriela Oliveira, 23 anos, Relações Públicas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Youtuber do canal DePretas, a visibilidade é fundamental para esse fortalecimento: “Faço vídeos e textos para Internet, participo de grupos, vou a escolas para conversar com crianças sobre questões raciais e costume me reunir com outras mulheres negras para perceber as nossas inquietações e dificuldades. É difícil conseguir que a nossa voz seja ouvida fora do nosso meio. As nossas denúncias costumam ser sempre ofuscadas ou diminuídas, inclusive dentro do próprio feminismo”, acrescenta Gabi.



No final da fila

Muitas vezes, em grupos feministas, as questões de raça ficam sempre relegadas a um segundo momento, na lógica de primeiro combater o que é comum a todas e depois seguir ao particular – o que inclui as especificidades das mulheres negras e mulheres transgênero, por exemplo. Enquanto isso, as mulheres negras estão abaixo dos homens e das mulheres em geral na maior parte das estatísticas sociais.

DE ACORDO COM O IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA), EM 2007, A TAXA DE DESOCUPAÇÃO ENTRE MULHERES NEGRAS CHEGAVA A 12,4%, CONTRA 9,4% ENTRE MULHERES BRANCAS, 6,7% ENTRE OS HOMENS NEGROS E 5,5% ENTRE OS HOMENS BRANCOS. JÁ A RENDA MÉDIA DAS MULHERES NEGRAS ERA DE R\$ 436, CONTRA R\$ 649 DOS HOMENS NEGROS, R\$ 797 DAS MULHERES BRANCAS E R\$ 1.278 DOS HOMENS BRANCOS.

Os números fazem parte do levantamento «Retrato das desigualdades de gênero e raça», lançado por Ipea, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem). As mulheres negras também são mais vitimadas pela violência quando se usa o recorte gênero e raça: **O MAPA DA VIOLÊNCIA 2015 APONTA QUE HOMICÍDIOS CONTRA MULHERES BRANCAS REDUZIU 9,8% E CONTRA MULHERES NEGRAS AUMENTOU 54,2%.** Diante deste quadro, fica impossível negar que as negras são oprimidas em um grau maior por conta do racismo em combinação com o machismo.

Consciência negra

Se reconhecer negra e entender o que isso pode significar numa sociedade preconceituosa não precisa vir de berço. Para a jornalista carioca Laís Maurílio, 35 anos, essa percepção chegou na vida adulta. “Tornei-me negra aos 21 anos. Apesar de sempre ter me visto como uma pessoa negra, a consciência da negritude chegou junto com a minha entrada na universidade. Estudei em uma instituição de elite, como bolsista, e no meu primeiro dia de aula me vi em uma turma de 60 alunos onde eu era a única negra. Aquilo me chocou. Cresci na periferia do Rio, cercada por pretos e pardos, e acreditava nunca ter sofrido um preconceito racial”.

Estar na linha de frente dos movimentos exige muito de cada uma

dessas mulheres. “Comecei meu posicionamento no início da adolescência. Já sentia as desigualdades desde muito nova, só não sabia nomeá-las ou formas de combatê-las. Com a militância, ferramentas teóricas e práticas colaboraram para buscar caminhos de (re)existência, afinal, consciência política se faz na luta”, conta Luma.

A militância negra é fundamental para que as discussões se ampliem: “Me considero iniciante em todo esse processo. Despertei, primeiramente, para minha própria aceitação como mulher negra. E depois, para o que isso significava no mundo e, principalmente, no Brasil. Veio aí então o encontro com o feminismo e depois com o feminismo negro. Entendi que como mulher e negra tinha duas lutas para travar: o racismo e sexismo”, revela Gabriela.



Gabriela mantém uma agenda intensa para despertar nas negras suas inquietações



Para Laís, se ver como negra levou ao feminismo. “E, uma vez no feminismo, vejo que um recorte de raça é importante. A busca de igualdade para nós, negras, é ainda mais dura e não pode esperar, como defendem algumas feministas quando dizem que devemos partir do que é comum a todas, para depois seguir ao particular. Queremos igualdade e ela deve ser plena para todos”.

Elas reforçam que os movimentos feministas não podem levar em consideração apenas a característica do gênero. As necessidades das feministas negras têm, sim, peculiaridades. É uma luta contínua para se nivelar ao patamar das mulheres brancas. Isso inclui a representação feminina na mídia, seu espaço no mercado de trabalho, o lugar de vítima da violência sexual, o protagonismo da maternidade, entre outros temas, pois se há tanto por que as mulheres brancas precisam lutar, é bastante preocupante o fato de que as mulheres negras nem sequer conquistaram igualdade quando em comparação com outros indivíduos do seu próprio gênero.

Um precipício de cores

Pesquisas revelam que realmente há um abismo racial que divide as mulheres. Para diminuir essa distância Luma acredita no papel da escola: “A educação pode romper com privilégios, sendo antirracista, com pautas de gênero em todas as aulas, que aborde questão de classe, sexualidade. É um trabalho cotidiano de mudança e transformação”.

Para Gabriela, a Internet é mais uma opção: “Acredito que, na Internet, consegui que muitas mulheres negras escuras, assim como eu, pudessem ver beleza em si. Além disso,



Laís: recorte importante de cor dentro do feminismo

procuro sempre trazer um tom mais didático a assuntos que só aprendemos na caminhada acadêmica e que podem e devem chegar a um público maior. Com isso, acredito que envolvi muita gente em temas como racismo, sororidade, aceitação”.

Enquanto mulheres brancas lutam para que seus salários sejam equiparados aos salários dos homens brancos, as mulheres negras recebem ainda menos. Conseguir um emprego formal, uma boa colocação e ingressar no ensino superior também são dificuldades típicas daquelas que possuem a pele negra. “Acredito que nos falta empatia, tentar se colocar no lugar do outro como se aquela dor fosse sua. A maioria dos homens não consegue ter empatia pela opressão que as mulheres sofrem. A maioria dos brancos não consegue ter empatia pela opressão sofrida pelos negros. A maioria dos héteros não consegue ter

empatia pela opressão das pessoas trans/homossexuais. E assim nós vamos vivendo”, constata Gabriela.

A cor é fator relevante quando analisamos os casos de agressão e assassinato por parte de companheiros e ex-companheiros. As negras são mais de 60% das vítimas de feminicídio. Já no aspecto da sexualidade, as mulheres chamadas de “mulatas” são amplamente exotificadas e tratadas como objetos disponíveis para a exploração.

“Ser mulher em uma sociedade machista, racista e classista é um exercício de militância. As mulheres negras estão lutando desde as senzalas para serem tratadas como seres humanos. Cabe às brancas reconhecerem seus privilégios e respeitarem os lugares de fala das negras, esse também é um ato político. Devemos transformar as nossas teorias e ideias em práticas cotidianas”, ressalta Luma.



Elizangela de Almeida Silva

Presidente Estadual da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Professora de Língua Portuguesa e Conselheira dos Direitos da Mulher no Amazonas

Literatura feminista cabo-verdiana nas obras de Orlanda Amarílis e Dina Salústio: breves reflexões

As noções de linguagem feminina ou mesmo de identidade feminina, enquanto construções sociais, exigem a avaliação das condições particulares e dos contextos sociais e históricos em que foram estruturadas.

Helóisa Buarque de Hollanda

A interação das literaturas de língua portuguesa ainda possui um longo caminho a ser percorrido, e apesar de estarmos ligados culturalmente ao continente africano prevalece certo distanciamento entre essas manifestações literárias. A proposta apresentada aqui tem como finalidade intensificar as reflexões sobre o quanto são raras as menções a textos literários de autoria africana, principalmente quando se trata de mulheres.

Deve-se ressaltar em meio a esse processo, a Lei 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e estabelece a obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, a inclusão do estudo da História da África, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e sua contribuição nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

Nesse sentido, investigar a escritura literária de autoria feminina em Cabo Verde supõe compreender suas personagens a partir de reflexões sobre questões socioculturais, representações identitárias e processos de resistência ligados à perspectiva feminista e de gênero. Para isso, propõe-se dar voz às mulheres à luz de uma história social marcada pela diversidade de gênero, raça, classe social e orientação sexual.

O lado feminino do cânone literário universal ainda é muito silenciado pela história e pela crítica, por isso torna-se relevante

“

A leitura do texto literário [...] implica em pesquisar as marcas de gênero que são apresentadas por meio de um processo de desnudamento

”



As mulheres escritoras edificaram um legado literário que vem se sobressaindo e crescendo a cada dia



reconhecer as autoras Dina Salústio e Orlanda Amarílis como emblemáticas no panorama das literaturas de língua portuguesa, na história do feminismo, nas discussões sobre africanidades em solo crioulo e até mesmo brasileiro, dada à ligação histórica evidente entre Brasil e África.

Com o surgimento do movimento feminista (1970), eclode o que chamamos de crítica feminista, essa vertente da crítica literária permitiu a comprovação de que a experiência da mulher como escritora e leitora é diferente do homem, o que demonstra mudanças significativas no campo intelectual, marcadas pelo rompimento de paradigmas e pela descoberta de novas expectativas relacionadas ao universo feminino e suas produções literárias. (ZOLIN, 2009)

Queiroz (2010) assinala algumas particularidades interessantes:

[...] a produção literária feminina cabo-verdiana [...] traz à tona textos cujos temas revelam as experiências sociais das mulheres que vivem os mesmos dilemas, paixões e desencantos, destacando suas angústias, medos e conquistas. A escritura de autoria feminina busca representar o cotidiano de mulheres que reinventam a historicidade enfatizando o mundo doméstico feminino, os avanços à emancipação das mulheres, as violências, as discriminações, a iniciação sexual precoce seguida de gravidez indesejada, a falta de planejamento familiar, a prostituição, enfim, a problemática social que insiste em se estabelecer. (QUEIROZ, 2010, pp 4-5)

À identidade da nação soma-se a do assim chamado 'gênero'. Não se trata apenas de representar Cabo Verde, mas de construir a maneira de ser das mulheres cabo-verdianas. Sendo assim, a leitura do texto literário, quando se toma como instrumento as considerações providas pela crítica feminista, implica em pesquisar as marcas de gênero que são apresentadas por meio de um processo de desnudamento, o

qual visa o despertar do senso crítico e a promoção de mudanças de mentalidades. (ABDALA JÚNIOR, 1999)

Orlanda Amarílis Lopes Rodrigues Nasceu em 1924, na Assomada, Santa Catarina, ilha de Santiago, é considerada uma notável contista da ficção cabo-verdiana. Seus contos relatam problemas sociais vivenciados pelas mulheres e a emigração se configura como uma das questões principais abordadas na sua produção ficcional.

A escritora publicou vários livros de contos - "Cais de Sodré Té Salamansa", "Ilhéu dos Pássaros" e "A Casa dos Mestros". Pela importância da sua obra, Amarílis liderou a geração de mulheres, sobretudo na ficção, que ajudou a modernizar a literatura cabo-verdiana, abrindo as portas para Dina Salústio e outras.

Dina Salústio é escritora e poetisa cabo-verdiana nascida em 1941, nasceu em Santo Antão, Cabo Verde e foi fundadora da Associação dos Escritores Cabo-verdianos. Autora de contos infantis, como "A estrelinha Tlim Tlim" e uma obra ficcional abrangente com 35 contos em "Mornas Eram as Noites".

Quanto à representação social feminina e literatura cabo-verdiana, as mulheres escritoras edificaram um legado literário que vem se sobressaindo e crescendo a cada dia, elas produziram uma subcultura dentro dos limites da sociedade regulada por uma ideologia patriarcal, assim como os grupos minoritários: negros, índios, homossexuais, dentre outros.

Orlanda Amarílis é uma das mais expressivas escritoras que relatam os problemas sociais e os contemporâneos vivenciados pelas mulheres em seus contos, fato que leva Fernando Mendonça (1983), a considerar que

[...] Orlanda Amarílis é uma tradução fiel da vida insular, utilizando inclusivamente o dialeto crioulo nas suas narrativas, portanto, é possível afirmar que ela pertence à estirpe de escritoras que souberam ou sabem, como ninguém, fixar os instantes do solitário e do amargo. (MENDONÇA, 1983, pp. 65)

Amarílis preocupa-se em retratar pessoas, em especial mulheres cabo-verdianas, com seus dramas, sofrimentos e também a solidão que as irmana e as solidariza num universo marcado por enormes desigualdades sociais, no qual o

papel da mulher precisa ser constantemente reafirmado e reassegurado.

Sobre Dina Salústio, Queiroz (2010) enfatiza:

Os contos de Dina Salústio colocam em voga as situações vividas por mulheres, sem rostos ou nomes, as problemáticas que tocam as mulheres cabo-verdianas e as mulheres num panorama geral. A temática é diversa, de violência conjugal, de afetos mal resolvidos, de atração sexual, de alcoolismo, gravidez precoce, pedofilia, enfim, Dina é uma escritora que não teme críticas por denunciar e expor quadro a quadro, histórias femininas presenciadas, ouvidas e experiências vividas. (QUEIROZ, 2010, pp. 100)

Em “Forçadamente mulher, forçosamente mãe” o tema é gravidez precoce, gestação essa, que pesa e destroça os sonhos de adolescentes. O leitor faz contato com a dura realidade da personagem Paula, grávida e abandonada pelo namorado aos dezesseis anos.

“

Elas produziram uma subcultura dentro dos limites da sociedade regulada por uma ideologia patriarcal

”

Em Setembro fará calor. Para Setembro Paula terá seu filho. Ainda há dias ela ria e dançava pelos cantos. E juntava conchinhas cor-de-rosa na praia. E colecionava sonhos. Que é das conchinhas? Que é dos sonhos? Hoje carrega penosamente uma barriga enorme. Sozinha. E as ilusões vão-se perdendo nos vômitos da gravidez.

A emocionalidade feminina se expressa na fala da narradora, revelando sentimentos de angústia, revolta e indignação contra a animalização do homem. Pela ótica da autoria feminina adentramos o universo destas mães crianças que cuidarão de outras crianças e compartilhamos com elas suas dores e desamores. Fica clara a preocupação dilacerante de uma narradora comprometida, que se perde numa atitude reflexiva e questionadora, de modo a fazer, também, refletir o leitor.

As relações entre ficção e história como objeto de estudo e interpretação, apontam para o imperativo da transposição de fronteiras do

conhecimento e abertura para possibilidades teóricas entrecruzadas, capazes de apreender, no literário, as concepções imaginárias constitutivas das identidades. Inter-relacionam-se, assim, nesse plano de análise, os movimentos de interação entre mundo real e possíveis mundos ficcionais.

Referências

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Orlanda Amarílis, literatura de migrante**. *Via Atlântica*. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, FFLCH-USP. São Paulo, n. 2, jul. 1999, p. 76-89.
- AMARÍLIS, Orlanda. **Cais-do-Sodré té Salamansa**. 2. ed. Lisboa: ALAC, 1991.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.
- GOMES, Simone Caputo. **Uma recuperação de raiz**: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1993.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura.
- MENDONÇA, Fernando. **Orlanda Amarílis**. *Revista de Letras*. São Paulo. 23: 63-70, 1983.
- QUEIROZ, Sônia Maria Alves de. **Breves reflexões sobre a representação social das mulheres cabo-verdianas**: a hermenêutica do cotidiano. *Revela. Periódico de divulgação Científica. Periódico de divulgação da FALS*. Ano IV – Nº IX – set/2010.
- SALÚSTIO, Dina. **Forçosamente mulher, forçosamente mãe** in *Mornas eram as noites*, Instituto da Biblioteca Nacional – Direção do Livro – Praia, 2002, pp.35-36.
- SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidade**. São Paulo: Editora Ática, 1985. (Contornos Literários)
- ZOLIN, Lúcia Osana. **Crítica feminista**. In: BONNICI, Thomas e ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2000.

Respeito: o que falta para sermos todos iguais

Aos 4 anos, a mineira Carolina Rossetti ganhou uma caixa de lápis de cor dos pais. O presente não poderia ser mais adequado: ela cresceu e virou ilustradora. Carol estudou design gráfico e hoje concilia trabalhos autorais com o estúdio Café com Chocolate Design e o coletivo ZiNas, que reúne 7 artistas em torno de temáticas feministas.

Despretensiosa, queria praticar sua técnica com lápis de cor, tocando em temas que valessem a pena, mas acabou conquistando mais de 300 mil seguidores em uma rede social. Em 2014, seus desenhos foram notícia até na CNN, com a chamada: *'This is Carol. Her illustrations are reimagining how we see women'*. **Esta é Carol. Suas ilustrações estão mudando a forma de vermos as mulheres.**

O reconhecimento tem um bom motivo. Com o projeto Mulheres, Carol colocou em evidência situações desanimadoras que as mulheres sofrem todos os dias. O resgate de auto-estima é feito em tom de conselhos amigos: "Eu sempre convivi com uma série de pequenas restrições cotidianas sobre meu corpo e depois de um tempo isso começou a me incomodar. Esse controle é tão parte da nossa cultura que nem sempre nos damos conta de como ele é cruel e do quanto restringe nossas escolhas pessoais".

Mas não basta discutir questões que afetam um grupo específico de mulheres, ela diz. "Partindo do princípio que todo nós somos muito influenciados, as referências que existem na mídia, por exemplo, ajudam a moldar todas as nossas noções do que é bom ou ruim. Por isso, precisamos ter uma representação bem mais ampla para as pessoas acreditarem nelas mesmas. Quando só mostram como legais as pessoas brancas, jovens e magras na tv, isso passa uma mensagem errada de valores. É preciso também falar de racismo, homofobia, bifobia, transfobia, elitismo, xenofobia, opressão contra pessoas com deficiências físicas. A luta por igualdade e respeito é

muito ampla e deve ser inclusiva. Uma coisa que eu vi com meu trabalho é que as pessoas precisam e ficam muito felizes quando elas se vêem, se sentem representadas”, explica Carol.

Ela também inverte a lógica do que seria o tema óbvio de uma ilustração: “A inclusividade não é retratar a pessoa negra sempre que você falar de racismo, é perceber que são seres humanos complexos, que vivem diversas situações que não tem a ver com a sua negritude. Por exemplo, a ilustração sobre uma mulher alta e a dúvida de usar salto é uma experiência vivida por mulheres de qualquer etnia; ou quando eu desenho uma personagem com deficiência física, não preciso falar sobre a deficiência. Elas são mais do que isso”.

Nem todas as situações desenhadas são vividas exclusivamente por mulheres: são problemas universais. Com tanta gente se identificando com a proposta (já traduzida para inglês, espanhol, russo, alemão e italiano), ela saiu da Internet e virou livro, que inclui textos sobre os temas centrais das ilustrações, como corpo, estilo, identidade, relacionamentos e superação. Os direitos da obra “Mulheres - Retratos de Respeito, Amor-Próprio, Direitos e Dignidade”, com cerca de 130 imagens, já foram vendidos para Estados Unidos, Espanha, Portugal e México.

Agora, Carol trabalha em um novo projeto, voltado para o público infantil, mas que também atinge gente de todas as idades. Em Cores, ela explora a questão do gênero: “O tema é tratado de um jeito leve, mas eu falo dos padrões de gênero a partir do universo das crianças, em uma tentativa de questionar estereótipos e desconstruir padrões limitadores no desenvolvimento social das pessoas”.

MAÍRA ADORA SEU **BLACK!**
SÓ QUE JÁ DISSERAM POR AÍ QUE SEU CABELO É **FEIO**.
BOMBREIL, VASSOURA, GROSSEIRO, RUIM.



MAÍRA,
NÃO ALISA POR CAUSA DISSO, NÃO!
SEU CABELO É **MEMÓRIA, BELEZA, ANCESTRALIDADE, IDENTIDADE, FORÇA E MUITO AMOR!**
SEU CABELO, ALÉM DE LINDO, É SÓ SEU. VOCÊ É QUEM MANDA.

MARIANA SEMPRE ADOROU IR À PRAIA. MAS, DE UNS ANOS PRA CÁ, ELA COMEÇOU A OUVIR COMENTÁRIOS MALDOSOS SOBRE SEU CORPO, E ATÉ SUJERIRAM QUE ELA COMPRASSE UM MAIÃO E APOSENTASSE SEU **BIQUINI**.



MARIANA,
SEU CORPO NÃO É **OBJETO DE DECORAÇÃO** E NÃO TEM COMO FUNÇÃO AGRADAR O OLHAR ALHEIO. VÁ À PRAIA COMO **VOCÊ**. SE SENTIR BEM. QUEM NÃO GOSTAR DO SEU VISUAL PODE OLHAR PRO OUTRO LADO.
VAI LÁ E APROVEITA!

MARINA ADORA SEU VESTIDO LÍSTRADO, MAS AS REVISTAS DE MODA DISSERAM QUE LÍSTRAS HORIZONTAIS NÃO COMBINAVAM COM SEU **CORPO**.



LIGA PRAS REVISTAS NÃO, **MARINA**. O IMPORTANTE É USAR O QUE **GOSTA** E SE **SENTIR BEM** COM O SEU **PRÓPRIO CORPO!**

PRISCILLA FICOU INSEGURA ANTES DE SAIR DE CASA USANDO UM **VESTIDO** PELA **PRIMEIRA VEZ**.



MAS AQUELE ACABOU SENDO UM DOS **MELHORES DIAS** DA VIDA DE **PRISCILLA** ATÉ ENTÃO, E ELA NÃO QUIS VESTIR-SE COM ROUPAS “MASCULINAS” **NUNCA MAIS!**

REBECCA SOBREVIVEU A UMA **DEPRESSÃO**, E DEPOIS DE VÁRIOS MESES ELA DEU CONTA DE USAR ROUPAS QUE MOSTRAVAM AS **CICATRIZES** QUE FICARAM EM SEU **CORPO**.



REBECCA,
ESSAS MARCAS MOSTRAM A **FORÇA** QUE VOCÊ PRECISOU PARA ESTAR AQUI HOJE. O **ADOECIMENTO PSÍQUICO** TAMBÉM É **HUMANO**, E NÃO TE TORNA MENOR DO QUE NINGUÉM.

TEJASWINI TEVE SUA **INTIMIDADE** DESRESPEITADA QUANDO VAZARAM SUAS FOTOS ÍNTIMAS NA **INTERNET**.



TEJASWINI,
VOCÊ NÃO FEZ NADA ERRADO. A **VERGONHA** DEVERIA **PESAR** APENAS SOBRE QUEM DECIDIU DELIBERADAMENTE LHE CAUSAR **DOR** E **CONSTRANGIMENTO** AO EXPOR A SUA PRIVACIDADE SEM **CONSENTIMENTO**.



Foto: periodicos.fiocruz.br

◀ **Fiocruz lança Dicionário Feminino da Infâmia**

Em meio a tantas campanhas em defesa dos direitos das mulheres, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lançou, em novembro de 2015, o “Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência”. O livro é resultado de uma pesquisa de cinco anos e foi organizado por Elizabeth Fleury-Teixeira, coordenadora do Comitê Nacional Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz, e pela médica e professora Stela Meneghel. A publicação aborda tópicos como aborto, machismo, mutilação genital feminina e repressão sexual, além de apresentar um cenário sobre a violência contra a mulher com 187 verbetes, que conceituam vários aspectos das agressões e de formas de resistência, escritos por mais de cem colaboradores, entre médicos, enfermeiros, juristas, psicólogos, sociólogos e outros profissionais.

And the Oscar goes to... ▶

Ao receber o Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante 2015, Patricia Arquette agradeceu o apoio de todos os amigos, familiares e equipe de trabalho, encerrando o discurso com um protesto. Ela defendeu a necessidade de se discutir a igualdade de gênero no mercado profissional: “Dedico a todos os cidadãos que já lutaram pela igualdade de direitos. É nossa hora de ter igualdade de salários de uma vez por todas e direitos iguais para as mulheres nos Estados Unidos”, disse Patricia.



Foto: Getty Images

◀ **Tecnologia a favor das mulheres**

Desde fevereiro, o aplicativo de celular PLP 2.0 está sendo testado em Porto Alegre (RS). O objetivo da novidade é tentar coibir a violência doméstica. A tecnologia, desenvolvida em parceria com as ONGs Themis e Geledés, avisa o juiz responsável pelo caso que a ordem foi descumprida e a informação é automaticamente anexada ao processo. A mulher pode enviar foto e vídeo que comprovem a aproximação ou agressão, que serão usados como provas. O nome do aplicativo é uma referência ao programa Promotoras Legais Populares (PLP), que existe há mais de vinte anos.



Foto: www.plp20.org.br

Calendário Pirelli retrata mulheres notáveis ▶

Famoso por exibir modelos sensuais, o calendário Pirelli decidiu produzir um material um pouco diferente em 2016: escolheu retratar mulheres reconhecidas em suas áreas profissionais. São 13 mulheres de notáveis conquistas profissionais, sociais, culturais, esportivas e artísticas, dentre elas a artista Yoko Ono, a cantora Patti Smith e a tenista Serena Williams. A fotógrafa Annie Leibovitz foi responsável pelo ensaio.



Foto: Annie Leibovitz



Sugestões de livros

SE JAMOS TODOS FEMINISTAS » A obra trata da importância de debater a questão de gênero para um mundo mais justo, partindo da experiência pessoal de Chimamanda Ngozi Adichie. Adaptação de um discurso da autora no TEDx Euston, foi musicado por Beyoncé. (Disponível em: www.youtube.com/watch?v=IyuUWOnS9BY). Autora: Chimamanda Ngozi Adichie. Companhia das Letras, 2015.



PERSÉPOLIS » Marjane Satrapi tinha apenas dez anos quando foi obrigada a usar o véu islâmico, numa sala de aula só de meninas. Nascida numa família moderna e politizada, em 1979 ela assistiu ao início da revolução que lançou o Irã nas trevas do regime xiita. No livro, ela conta essa história em quadrinhos. Autora: Marjane Satrapi. Companhia das Letras, 2007.



HOMENS NÃO SÃO DE MARTE, MULHERES NÃO SÃO DE VÊNUS » O livro tem como objetivo desmascarar o mito das diferenças estruturais entre o cérebro dos homens e o das mulheres. Revelando as evidências, a neurocientista Cordelia Fine pretende mostrar as interpretações equivocadas por trás da crença de que 'os homens são de Marte e as mulheres são de Vênus'. Autora: Cordelia Fine. Cultrix, 2012.



UM TETO TODO SEU » Baseado nas palestras de Virginia Woolf, nas faculdades de Newham e Girton, em 1928, o livro é uma reflexão sobre as condições sociais da mulher e a sua influência na produção literária feminina. Autora: Virginia Woolf. Tordesilhas, 2005.

Sugestões de filmes

AS SUFRAGISTAS » (Reino Unido, 2015, 107 min.) Em 1848, as mulheres se rebelam contra as injustiças de gênero que as destituem de direitos básicos da cidadania. As personagens enfrentam grande pressão da polícia e dos familiares para se sujeitarem à opressão masculina.

CAROL » (EUA, 2016, 118 min.) O filme conta o envolvimento entre duas mulheres que se conhecem por acaso em uma loja de departamentos. O drama acontece em Nova York, nos anos de 1950, uma época cheia de preconceitos em relação ao universo homossexual.

QUE HORAS ELA VOLTA » (Brasil, 2015, 111 min.) A obra brasileira trata dos conflitos entre uma empregada doméstica do Brasil e seus patrões de classe média, criticando as desigualdades da sociedade e a separação de classes.

JÁ ESTOU COM SAUDADES » (Reino Unido, 2015, 112 min.) O longa-metragem aborda uma questão difícil relacionada ao universo feminino: o quanto um câncer de mama afeta a vaidade e a importância do apoio de família e amigos durante o tratamento.



Sugestão de vídeo

CHEGA DE FIU FIU! CANTADA NÃO É ELOGIO (TEDxSaoPaulo) » Na palestra, a jornalista e fundadora da organização Olga (www.thinkolga.com), Juliana de Faria, faz um apelo sobre a violência contra a mulher e explica a campanha "Chega de Fiu Fiu", que visa a combater o assédio sexual em locais públicos. A ação recebe denúncias de todo o Brasil e cria um mapa colaborativo. (Disponível em: www.youtube.com/watch?v=BpRyQ_yFjy8).

Sugestões de sites e blogs

BLOGUEIRAS FEMINISTAS » É um blog político que começou com um grupo de discussão entre feministas e hoje conta com o auxílio de moderadoras e editoras para avaliação do conteúdo. O objetivo é espalhar ideias e mostrar a pluralidade do movimento. Mais de 70 pessoas já publicaram seus textos sobre o feminismo nesse espaço. (blogueirasfeministas.com)

LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER » O blog foi criado por três mulheres que, de uma forma bem divertida, contam suas histórias, falam sobre poder feminino, estereótipos e vários outros temas que são debatidos diariamente na Internet. Cansadas de sites femininos com dicas de dieta, relacionamentos irrealistas e moda para poucas, elas passaram a publicar assuntos que consideram interessantes. (lugardemulher.com.br)



- ➔ **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER** » Convidar alunos para gravarem entrevistas com mulheres que já sofreram violência doméstica em algum período de suas vidas. Debater em sala de aula causas destes abusos e abordar a importância da Lei Maria da Penha como medida de interrupção da violência de gênero.
- ➔ **IGUALDADE RACIAL** » A escritora Jarid Arraes criou diversos cordéis sobre grandes mulheres negras da história do Brasil, acesse: www.jaridarraes.com/cordel. Os alunos devem criar um cordel sobre uma mulher negra da atualidade que eles consideram influente.
- ➔ **DIVERSIDADE DE GÊNERO** » Preparar um dia de brincadeiras orientadas em que, no primeiro momento, os meninos brinquem de bonecas e as meninas com jogos tipicamente de meninos. Num segundo momento, debater a ideia de que todas as crianças podem brincar com o que quiserem, sem que sofram preconceito. Consulte a cartilha igualdade de gênero: www.legh.cfh.ufsc.br/806-2.
- ➔ **PARIDADE** » Peça para os alunos pesquisarem quantos vereadores e quantas vereadoras existem em seu município. Faça um levantamento de quantas mulheres atuam nos partidos em que elas foram eleitas e de quantas mulheres são eleitoras. Com base nesses dados, organize um debate em sala de aula, discutindo possíveis motivos para esse quadro.
- ➔ **EDUCAÇÃO INTERNACIONAL** » No livro Persépolis, a autora Marjana Satrapi conta sua história desde quando ela tinha dez anos, no Irã, e se viu obrigada a usar o véu islâmico, numa sala de aula só de meninas, onde havia restrições no aprendizado. Solicitar para que os alunos pesquisem quais são os países onde esse direito ainda encontra barreiras e debater a importância de as meninas terem acesso à educação.
- ➔ **MULHERES PRESAS** » De acordo com dados do Ministério da Justiça de 2013, 60% das presidiárias no Brasil respondem por tráfico de drogas e 67% não completaram o ensino médio. Mas como essas mulheres são vistas por elas mesmas? Reunir a turma para elaborar um questionário conjunto que possa traçar esse perfil, em forma de carta, a ser enviado para as presas por meio dos professores. As respostas das presas serão lidas em sala de aula e cada aluno poderá retratar as mulheres (em forma de desenho, pintura ou artes plásticas diversas) com base nas entrevistas.



DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE - GESTÃO 2014/2017

Roberto Franklin de Leão (SP) - Presidente
 Milton Canuto de Almeida (AL) - Vice-Presidente
 Antonio Lisboa Amâncio Vale (DF) - Secretário de Finanças
 Marta Vanelli (SC) - Secretária Geral
 Fátima Aparecida da Silva (MS) - Secretária de Relações Internacionais
 Heleno Araújo Filho (PE) - Secretário de Assuntos Educacionais
 Gilmar Soares Ferreira (MT) - Secretário de Formação
 Selene Michelin Rodrigues (RS) - Secretária de Assuntos Municipais
 Marilda de Abreu Araújo (MG) - Secretária de Organização
 Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR) - Secretário de Políticas Sociais
 Joel de Almeida Santos (SE) - Secretário de Imprensa e Divulgação
 Francisco de Assis Silva (RN) - Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos
 Ísis Tavares Neves (AM) - Secretária de Relações de Gênero
 Rui Oliveira (BA) - Secretário de Política Sindical
 Francisca da Rocha Seixas (SP) - Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação
 Zezinho Prado (SP) - Secretário de Direitos Humanos
 Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE) - Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários
 Iêda Leal de Souza (GO) - Secretária de Combate ao Racismo
 Edmilson Lamparina (DF) - Secretário de Funcionários(as) da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA

Alvisio Jacó Ely (SC)
 Antonio Júlio Gomes Pinheiro (MA)
 Berenice D'Arc Jacinto (DF)
 Candida Beatriz Rossetto (RS)
 Claudir Mata Magalhães (RO)
 Cleiton Gomes da Silva (São Paulo/SP)
 José Valdivino de Moraes (PR)
 Lirani Maria Franco (PR)
 Marco Antonio Soares (SP)
 Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)
 Rosana Sousa Nascimento (AC)
 Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

SUPLENTES

Beatriz da Silva Cerqueira (MG)
 Carlos Lima Furtado (TO)
 Elson Simões de Paiva (RJ)
 Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)
 João Alexandrino de Oliveira (PE)
 Maria da Penha Araújo (João Pessoa/PB)
 Marilene dos Santos Betros (BA)
 Miguel Salustiano de Lima (RN)
 Nelson Luis Gimenes Galvão (São Paulo/SP)
 Suzane Barros Acosta (Rio Grande/RS)
 Rosilene Correa Lima – SINPRO (DF)
 Ruth Oliveira Tavares Brochado (DF)
 Veroni Salete Del'Re (PR)

CONSELHO FISCAL - TITULARES

José Teixeira da Silva (RN)
 Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)
 Flávio Bezerra da Silva (RR)
 Antonia Benedita Pereira Costa (MA)
 Gilberto Cruz Araujo (PB)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Rosimar do Prado Carvalho (MG)
 João Correia da Silva (PI)
 João Marcos de Lima (SP)

CNTE » SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106 » Brasília-DF » CEP: 70393-900
 Tel.: (61) 3225.1003 » Fax: (61) 3225.2685 » cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

Coordenação da Revista Mátia: Isis Tavares Neves » Secretária de Relações de Gênero da CNTE

Redação e Edição: Frisson Comunicação

Direção Executiva: Ana Paula Messeder

Jornalista Responsável: Katia Maia (Mtb: DF 1708 JP)

Edição: Ana Paula Messeder e Kátiuscia Sotomayor

Revisão: Kátiuscia Sotomayor

Reportagem: Amanda Vieira, Ana Paula Domingues, Cristina Sena, Kátia Maia, Kátiuscia Sotomayor e Marcionila Teixeira

Fotografia: Arquivo Mátia

Ilustrações: Chico Régis

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Noel Fernández Martínez

Capa: Bruno Soares

Colaboração: Ana Paula Silva, Daisy Schio e Jordana Mercado

Impressão: Gráfica Perspectiva

Tiragem: 21.100 exemplares

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



[/cntebrasil](http://cntebrasil)



[@cnte_oficial](https://twitter.com/cnte_oficial)



<http://wn.com/cntecutie>



Eu nasci

Larissa Pimentel Zamboni (Issa Paz)

Canta RAP desde os 12 anos e atualmente mora na zona norte da capital paulista. Lançou seu primeiro trabalho solo em 2013: o EP Essência, composto por 6 tracks e 1 faixa bônus. A faixa "Eu nasci" faz parte do álbum: "A Arte da Refutação", lançado em junho de 2015.

*Texto original conforme redação da compositora.

*Eu nasci mulher. Assumi todas as culpas da humanidade
Carrego um carma que me torna a razão pela expulsão
Do éden*

*Nasci mulher, numa sociedade aonde só fazem aquilo
Que os homens querem. Num patriarcado forjado
Maquinado que nos impedem, de seguirem livres
Na igualdade das peles
Superem. Nasci mulher. Nasci errando
Cresci lutando. Contra todo o preconceito carregado
Que colocaram num saco e pediram
Para eu levar empurrando, como um castigo
Por cada pedra atirada
cada morte marcada e manchada
Com sangue antigo*

*Nasci mulher. Nasci com o fardo da proibição
Proibida de ser humano, pois a espécie é homo sapiens
E não mulieris sapiens
Proibida de falar no culto, de me opor aos insultos
De ter respeito mútuo e de causar tumulto
Sucumbida ao desrespeito coletivo, de quem nunca leu
Um livro e acha que sou propriedade pública
E podem pegar sem motivo. Sou mulher que não teve
Escolha, a genética aleatória decidiu meu destino
Me colocou em cárcere privado com muro invisível
Mesmo assim sou incrível. De carregar na alma opressão
E também a garra da flora e da fauna que traz libertação
Da injeção de fluoxetina, dessa sina e da chacina
De quem me doutrina
de quem me agride sem permissão
Nasci mulher, trouxe no coágulo sanguíneo
em cada espaço
Do raciocínio, a raiva como vingança
Trouxe de herança, frias, calos, lutas, joanas, dars
Ato, conduta, rosas, parks, mary, wollstonecrafts
Putas. Todas elas juntas, respirando meu ar
Sendo equilíbrio suficiente, pra minha cabeça
Não se abaixar nunca*

*Pois eu nasci mulher, brilho que não se oculta
Mesmo cansada da labuta
se eterniza naquilo que ensina
Mulher, que pari, cria, conduz e desafia
Morre. 10 por dia. Assassinadas
5 Por hora. Estupradas. Sem condição
Ganhando 30 menos. Mesmo com graduação
Só no Brasil. Mas violentada todos os dias
Segundos e instantes, no Afeganistão
Conclusão, mesmo mais livre na Islândia
Sou prisioneira do mundo ingrato
E também, ironicamente, fui responsável pelo seu parto*

*Nascer mulher, nem todo mundo pode
Seja homem ou mulher de fato, ninguém escolhe
Mas eu acredito, que quem nasce mulher
Já nasce plantando, os frutos que colhe
Já nasce na guerra pra que ninguém te controle
Já nasce na prole de muitas mães, irmã de muitas irmãs
Eu nasci mulher, nasci decidida, incumbida
Com a função de lutar pelo nosso amanhã
De brigar pelo nosso futuro*

*Sim. Eu nasci mulher
E com muito orgulho!**



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil

Filiada à
CUT



Confederação
Nacional
dos
Trabalhadores
em
Educação